

1) A DISPUTA DA ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO (24/1)

- Daniel Herz (FENAJ / Conselho de Comunicação Social)
- Laurindo Leal Filho (USP/TVer)
- Márcio Wohlers (Assessor do MiniCom)

MEDIADOR: O professor Márcio é engenheiro e economista formado na PUC e está iniciando este governo com uma perspectiva nova da relação desse ministério tão importante, estratégico para nós como para a sociedade dando conta desse projeto novo do governo. Queria chamar também o professor Laurindo Leon Filho da USP e ex-presidente da ONG, o Grupo TV, tão importante espaço de análise e discussão da TV brasileira. E também chamar o jornalista e escritor Daniel Herz, grande formulador de políticas de comunicação da FENAJ, hoje está no Conselho Nacional de Comunicação e aqui no Rio Grande do Sul é presidente do Conselho da Fundação Piratini, da TVE, entre outras atividades. Numa conversa rápida agora no início tentando construir uma estrutura de apresentação, a idéia é cada painelistas apresentar vinte minutos, em torno disso, eu faço a mediação e abrimos para o debate. Que é o que eu acho que nos interessa. Para abrir o debate nessa estrutura que imaginamos agora rapidamente, abriremos com o Daniel e depois com o professor Laurindo e finalizaremos então com o Márcio Flores para dar uma idéia geral da nova política, enfim, costurar um pouco a partir da visão do governo essa área de comunicações e telecomunicações. Sem maiores delongas, vamos iniciar com o Daniel Herz fazendo esse debate sobre a disputa da estruturação do sistema de comunicação.

- Daniel Herz (FENAJ / Conselho de Comunicação Social)

Bom dia a todos. Nós estamos dando início a esse evento produzido pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e suas entidades. Realizamos esse evento, no momento em que o Fórum Social Mundial, na sua terceira edição realizada em Porto Alegre, incluiu com vigor a temática da comunicação nas suas atividades. Então a inclusão deste ciclo de atividades do Fórum num contexto em que o Fórum Social formulou uma, incluiu no seu debate através do eixo três uma previsão de debate das questões de comunicação, essa nossa atividade do Fórum passa a ter, passa a constituir uma importante para o subsidio para a alimentação desse debate no contexto do Fórum Social Mundial. Bem, a nossa vontade aqui da composição majoritária da mesa, e acredito que dos demais participantes, seria começar ouvindo mais, porque nós todos estamos ansiosos em relação a conhecer as definições do Ministério das Comunicações recém assumidos sobre as questões das comunicações. O Márcio, que é um companheiro de longa data, atuante, com grande especialização no segmento de telecomunicações e hoje é um assessor especial do ministro e, no entanto, se defronta com a situação da equipe ainda estar sendo montada os ajustes ainda estarem sendo feitos, e portanto, já declinou, acho que não estou fazendo suspense, vamos antecipar um pouco, ele veio aqui mais para ouvir do que para falar foi o que ele mesmo disse, e vai antecipar mais a postura do ministério e a articulação que pretende estabelecer com as entidades do movimento social, que seria uma que mais está surgindo. Então, não tendo esse quadro completamente definido ainda, nós, dessa forma, frustramos e nos frustramos começando por uma atualização no inventário de questões que são pertinentes na área das comunicações e depois vamos proceder o debate com o Márcio, e então formarmos este quadro no qual nós estamos saindo dos projetos de afirmação de perspectiva, das críticas ao status quo para uma situação em que através desse novo governo as entidades da sociedade civil, o movimento social de um modo geral passa a ter uma voz ativa, passa a ter um reconhecimento junto ao governo federal o qual nunca tinha acontecido até então. Nesse esforço para fazer um inventario das questões e atualizando, selecionando as questões pertinentes para a problematização das políticas públicas de comunicação e, em particular, de radiodifusão no Brasil,

eu falo em especial destaque ao rádio e a televisão porque a mídia eletrônica, em particular a televisão, continua sendo o elemento organizador, o elemento mais dinâmico, o elemento preponderante na estruturação dos sistemas de comunicação no Brasil. O questionamento desse quadro começa na década de setenta e vai enquadrando nas preocupações o conjunto de sistemas de comunicação que existe no Brasil, mas em especial o rádio e a televisão que vai progressivamente se constituindo à margem de políticas públicas. A existência de um Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei 4.117 que é de agosto de 1961 é insuficiente para dar substância para dar substância para algo que nós hoje cobramos como uma política de comunicação. Em linhas gerais, a principal característica, ou o principal efeito congênito é estabelecer um regramento, uma base regulamentaria para o rádio e para televisão, o contexto das telecomunicações, mas sem entretanto definir a missão, o papel social, a real função do rádio e da televisão numa perspectiva de interesse público. Essa falta de políticas públicas, eu aqui não estou fundamentando detalhadamente as questões, em parte porque elas são bastante conhecidas, em parte porque a gente tem pouco tempo aqui e o objetivo dessas duas intervenções primeiras seria esse: fazer um grande inventário das questões que vão pautar o principal debate que é de hoje, mas que vai se prolongar, evidentemente daqui para diante, que é a linha, a orientação que a sociedade espera do governo federal adote em relação a área das comunicações. Então dessa falta de políticas públicas, dessa inconsistência regulatória, ela tem como uma das principais características a partidarização da mídia e uma liberação de uma atuação de caráter autoritário e excludente. Então, se nós fôssemos fazer genericamente uma caracterização. Essa seria a caracterização principal: a ausência de políticas públicas consistentes e que possibilitassem relações democráticas na organização e da atuação desses sistemas. E a partidarização da mídia, e esse caráter autoritário excludente que se faculta a operação privada dos veículos de comunicação mas também a atuação dos veículos sob controle do Estado, ele tem, na abordagem do Fórum, uma característica fundamental que é o fato dele não representar a pluralidade que existe na sociedade. Ou seja, se nós perguntássemos qual o principal problema da mídia brasileira, não falando só do rádio e da televisão, qual é o principal defeito e o fórum tem respondido que esse também é o núcleo na luta pela democratização da comunicação. A mídia brasileira, em linhas gerais, não representa a pluralidade que existe na sociedade. E essa não representação da pluralidade, ao mesmo tempo, aponta o problema e aponta o objetivo, o grande objetivo na luta pela democratização da comunicação, que é conduzir na maior escala possível, no maior grau possível, o conjunto de sistemas e em alguma medida, cobrando de cada veículo em particular, sabendo que é legítimo, que é necessário, é inevitável e até certo ponto imprescindível, que existe um veículo especializado em segmento de público, em determinados conteúdos, mas eu no seu conjunto, a grande reivindicação que a sociedade faz da mídia, é estabelecer essa condição de representação da pluralidade que existe na sociedade, mas que não se faz representar na mídia. Nós poderíamos destacar, numa análise introspectiva dos sistemas de comunicação, ele é organizado pelos veículos de comunicação, pela televisão especialmente, que é o principal veículo de comunicação, que representa dois terços do mercado de comunicação, e que constitui um núcleo de redes e sistemas de grupos regionais que controlam em cada estado as principais emissoras de rádio e televisão e os principais jornais regionais. Ou seja, é em torno da seis redes de televisão, que agrupam cerca de 360 emissoras, que se agrupam cerca de 141... nós lidamos com uma pesquisa até um mês atrás que esse dado, e eu respeito esse dado até uns três, quatro meses atrás, quase que diariamente debates em revista que tendo abandonado essa temática há uns três, quatro meses atrás, os números evaporaram... os dados estão disponíveis, a gente tem isso identificado. Então, vou falar na incerteza em vários números que nós temos caso de 140 grupos regionais, são vinculados às redes de televisão, e esses grupos regionais, de forma simétrica ao poderio das redes, evidentemente começando pela Rede Globo que representa cerca de dois terços do mercado de televisão, os principais grupos são ligados à Rede Globo, e a Rede Globo, para falar no segmento de televisão, eles nucleiam os principais grupos regionais, que por sua vez, controlam as principais emissoras, além da televisão, as principais emissoras de rádio e os principais jornais regionais. O mercado de jornal e de rádio, portanto, está fortemente orientado, no Brasil em âmbito regional, por essa estruturação das redes de televisão. Das cerca de 365 emissoras de televisão, a ordem de grandeza é essa, se existem 365 emissoras de TV no Brasil, apenas cinco, e esse é um número absoluto, apenas cinco

não são ligadas às redes. As outras 360 são ligadas à uma das seis redes, incluindo aí a Rede TV e a CNT que nos eu conjunto reúne perto de vinte emissoras, que é absolutamente inexpressivo, os demais se distribuem pelas três principais redes e com uma ênfase cerca de mais da metade disso, esses remanescentes, está ligado às organizações Globo. Então esta estrutura de mídia que existe no Brasil e que está nucleada a partir da organização da televisão, sem dúvida nenhuma, tem origem na década de 70, 60, com a organização da Rede Globo. Até então, a televisão estava localizada em bases empresariais precaríssimas e nós não temos nenhuma dúvida em identificar a década de 60, embora a televisão tenha surgido fisicamente em 1950, a década de 60 e a organização da Rede Globo de Televisão, com o respaldo inicial decisivo do grupo norte americano TimeLife, que deu uma base financeira material tecnológica clara nesse processo de implantação, e com uma atuação arrasadora frente à concorrência, esse processo inicia na década de 60 com a instalação da Rede Globo. E nós, então, identificamos nesse processo de instalação da Rede Globo, de recomposição da televisão, de fortalecimento da televisão a ponto de torná-la capaz de ser a nucleadora dos sistemas de comunicação, e quando nós falamos de sistemas de comunicação, e aqui só vou completar um pouquinho esse recorte, nós falamos dos principais grupos regionais nos quais os jornais estão ligados às redes, existem, além dos jornais ligados às redes, que são em torno de 60, 70, como eu disse, esses dados estão produzidos, identificados, mas dos cerca de 70 jornais produzem algo próximo de vinte por cento da tiragem brasileira, o que somado aos grandes jornais de Rio, São Paulo, mas que têm algumas características próximas dos jornais nacionais, representam mais da metade da produção diária de jornais no Brasil e esse percentual não diz respeito, não chega a expressar a importância política relativa desses veículos que é muito maior do que o restante. Então restam aí mais de 1200, 1300 jornais diários e com outras periodicidades. Existem mais de 2000 emissoras de rádio e televisão, mas este resto é realmente o que fica com os fragmentos de mercado com inexpressivas parcelas do mercado publicitário, portanto, ligado à televisão, ligado à essa estrutura que se constitui na década de 60, que se consolida no regime militar, que faz com que se constitua o conjunto de sistemas de comunicação no Brasil. E a evolução dos sistemas de comunicação, incluindo aí, por exemplo, a TV por assinatura, ela já surge condicionada por essa estrutura de mercado, tanto é que um segmento de TV por assinatura, dois dos principais grupos brasileiros, as organizações Globo e o grupo Abril, que por sua vez é uma espécie de Rede Globo do mercado de mídia impressa em revistas, especificamente, ou seja, numa banca de revistas quase dois terços das publicações pertencem ao grupo Abril. Então essa composição toda vai se estendendo pela TV por assinatura que é um segmento que hoje representa quase um terço de mídia no Brasil e é condicionado pela estruturação pré-existente. Então nós estamos fazendo esse recorte ... nossa colega da TVE lembra que os cabos, entre outros locais, os dados citados na pesquisa estão disponíveis para download na página da TVE do Rio Grande do Sul, www.tve.com.br, os dados referentes à essa pesquisa que está sendo citada. Então eu concluo aqui citando que este processo de estruturação dos sistemas de comunicação no Brasil, no seu conjunto, e aí não estamos particularizando, do mesmo modo que não estamos detalhando essa evolução, e a composição de cada segmento, nós estamos ressaltando, por outro lado, que existe um fluxo estruturador. Existem um processo de indução da estruturação, existe uma composição atual que tem, em linhas gerais, essas características, que tem essa nucleação dos grupos de mídia que estão centrados especialmente a partir da televisão. E nós estamos fazendo essa pontuação porque nós estamos no limiar de um outro salto tecnológico, de um outro momento de reestruturação da mídia no Brasil que é o que vai se dar com a introdução da tecnologia digital na mídia eletrônica. Então, nós, com a introdução da tecnologia digital, teremos uma revolução na organização do sistema de comunicação, a começar novamente pelo rádio e pela televisão, e que teremos um condicionamento da estruturação do conjunto de sistemas a partir de uma recomposição que vai se dar a partir da radiodifusão, a partir do rádio, mas principalmente, a partir da televisão, com a introdução da tecnologia digital. Não vamos aqui detalhar, estamos mais pontuando as questões, só para dar uma exemplo de imagem, para incitar a imaginação de quem está menos familiarizado com isso, eu acredito que a maioria aqui esteja tendo algum grau de acompanhamento, nós podemos assim dizer para criar uma imagem, que o ambiente que vai se criar é o possibilitado por um sistema de televisão que hoje, ocupando a faixa de VHS, que basicamente a maioria das áreas de prestação de serviço se resume a canais de VHS,

pouquíssimas exceções de grandes áreas como São Paulo, por exemplo que tem um numero relativamente expressivo, nas demais áreas de prestação de serviço, basicamente é VHS. Então, as condições técnicas da tecnologia analógica possibilitam a veiculação de seis canais. Então vamos passar de um ambiente com seis canais para um ambiente, digamos assim, terá 70 canais. E sendo que aquilo que nós chamamos de canais hoje não corresponde necessariamente à veiculação de um programa. Hoje, um canal significa um programa, com a Tv digital, nós temos possibilitado um manancial de possibilidades que vai de um programa de TV de alta definição numa mesma frequência até, digamos, dez programas ocupando uma composição de sinal de baixa qualidade, de baixa definição. Então nós estamos falando de um ambiente que nós passamos de seis programas de televisão, para algo entre 70 e 700 programas simultaneamente. Se nós falarmos de rádio, e com uma adequada composição do espectro de frequência e uma adequada distribuição das possibilidades de veiculação com um sinal de tecnologia digital, nos passaremos digamos, para citar um numero de uma área metropolitana altamente conflagrada como Porto Alegre, que tem cerca de 25 emissoras AM e FM, para algo assim 300, 400, 500 emissoras. Tudo isso, estou falando algo assim, porque isso depende das definições da especificações técnica do serviço, do processo de evolução, mas pensar em 300, 400, 500 emissoras de rádio digital numa mesma área de prestação de serviço é algo perfeitamente factível. Então, é um mundo completamente diferente que vai recompor o mercados como condição *de exercício de lei dispersão* e com todas as repercussões sobre o conjunto dos sistemas de comunicação. Posto isso, nós gostaríamos de concluir com duas postulações com relação a este cenário que começa se definir agora que, para nossa satisfação, é um cenário que persistiu indefinido até assumir este governo no qual a sociedade deposita tantas expectativas. O primeiro é de dizer que nós podemos, ou talvez até, nós tenhamos que fazer uma série de medidas tópicas para corrigir na estruturação analógica dos veículos de comunicação. Assim, só para pegar um dos mais gritantes que é rádio comunitária que foi regulamentada por uma lei que, a regulamentação em si constitui um avanço conceitual extraordinário, mas a condição recorrente da estruturação desse serviço é absurdamente insustentável. Então, radiodifusão comunitária criar uma solução para certas possibilidades até talvez uma das coisas mais imediatas que nós podemos, uma das distorções que nós podemos corrigir. Então, independente de soluções ou de medidas tópicas, nós não devemos ter nenhuma dúvida de que não tem nada mais importante na disputa, como diz o tema, da estruturação do sistema público de comunicação no Brasil, de que a regulamentação e de que as definições sobre a tecnologia digital no Brasil, tanto para a televisão quanto para o rádio. E aí nós não estamos falando de algo que possa ser completamente regulamentado. Nós estamos falando que, se for para regulamentar a televisão e o rádio digital, aqui nessa mesa, só para dar um exemplo, nós temos um acúmulo extraordinário. Se nós pegássemos aqui na platéia, de gente conhecida, tem gente estudando e trabalhando nisso há muito tempo. Então nós temos aqui nessa sala um manancial extraordinário de experiências. Agora, no que diz respeito ao cenário digital, está por ser inventado, então essa capacidade de sentar e produzir uma regulamentação bastante consistente que nós podemos fazer até pela experiência que está concentrada nesta sala não se aplica nas tecnologias digitais porque ela tem que ser inventada. É uma realidade completamente nova. Nós não podemos sentar e fazer uma lei para possibilidades de uso da tecnologia algumas das quais estão sequer concebidas, e que possibilitam que num relógio nós possamos receber informação semelhante à Internet, televisão, enfim. É um mundo novo e tem que estar por ser retratado. Então, não tem como sentar e regulamentar, tem que ser metabolizado de uma outra maneira. Então, a primeira postulação é essa. Independente de algumas coisas que a gente até pode fazer topicamente, nós não vamos pensar em regulamentar de forma ampla e abrangente a tecnologia digital na véspera da implantação no processo, no custo-processo na implantação da tecnologia digital com essa revolução. Então, não terminada mais importante que isso. Tem coisas importantes que tem que ser feitas, mas nada é tão importante quanto uma resposta clara da sociedade sobre como conduzir isso e iniciar o processo de invenção do rádio e da televisão e do ambiente comunicação com a tecnologia digital. E a segunda postulação é quanto ao que se fez no ministério. O que a gente não quer do ministério, para concluir, considerando a experiência anterior. Não queremos nesse ministério uma postura semelhante ao que existiu nos outros governos, desde que a radiodifusão no Brasil passou a ser implementada no Brasil. Ou seja, uma postura de definir, de se assumir na condição de

representação exclusiva do interesse público, de representação exclusiva. Nós queremos que todo esse esforço que a sociedade pôs no Fórum, realmente é fundador dessa abordagem. O Fórum procurou se colocar e preparar a sociedade para que a sociedade de porte de igual para igual com o Estado, com o setor privado, que eram os dois protagonistas desse processo até agora. Em alguma medida nós conseguimos isso, ou seja, a sociedade começar a ter condições para lidar de igual para igual com o Estado e o setor privado em questões da comunicação. E o grande laboratório para esse processo foi a regulamentação da TV a cabo. No ano passado tivemos a instalação do Conselho de Comunicação Social que é um espaço de representação institucional da sociedade que se ergue diante do Estado, a composição do conselho é uma representação da sociedade, não tem representação governamental lá dentro, que essa representação bem ou mal, com todos os questionamentos, ele é uma representação da sociedade que se ergue diante do Estado. Então, nós não queremos tornar o Conselho um agente exclusivo, mas sem dúvida nenhuma, a sociedade não ganha nada propondo duplicação de instituições e fazendo dispersões dos focos. Então, nós conseguimos uma representação da sociedade frente ao Estado e nada mais adequado do que propor a valorização desse instrumento de interlocução da sociedade e de metabolização de conflitos porque temos uma representação da sociedade civil, do movimento social, junto com uma representação do setor empresarial. E, portanto, queremos que o governo federal assuma uma atitude,..... que ele não se coloque numa posição onipotente de se apresentar com uma representação exclusiva do interesse público. Ou seja, existe uma forma de representação direta da sociedade, que há muito o Fórum está debatendo. E um segundo aspecto nesse sentido, que estabeleça os processos de interlocução da forma mais ampla possível com a autonomia que cabe ao governo federal, mas sem deixar de valorizar a representação da sociedade, que nós começamos a constituir, começamos a testar e que é uma instituição que não é única, evidentemente, não é exclusiva também, e tem um significado histórico de ser uma elaboração do Fórum, que se constituiu como uma instituição estatal, que é o Conselho de Comunicação Social, mas ao mesmo tempo que está inserido na esfera estatal, ele tem componentes de representação autônoma da sociedade. No caso, tanto junto ao congresso, que é onde ele se localiza, quanto junto ao executivo. E, portanto a nossa grande expectativa em relação a o executivo é essa, essa condição de estabelecer o processo de interlocução com a sociedade e ser capaz de se colocar numa situação não de onipotência, como o elemento único de representação do interesse público, mas de entender que a representação direta da sociedade que existe e que vai começar a existir, começando por essa instituição, existirão outras formas de fazer isso, mas essa representação da sociedade tem um valor específico, e tem algo que deva ser valorizado. Não podemos esperar outra coisa de um governo cuja trajetória, não só dos partidos que os integram, como das suas lideranças, como seus dirigentes e como seus membros ativos como o Márcio que está aqui representado o ministério das comunicações, tem uma trajetória comprometida com o movimento social, com o interesse público e nós temos a certeza que nós vamos ter operadores de uma política que realmente corresponde ao interesse público.

- Laurindo Leal Filho (USP/TVer)

Bom, eu vou falar de pé porque a sala cresceu desde que nós começamos, e facilita também a expressão falar de pé. Em primeiro lugar eu queria ressaltar a importância de um debate como esse e agradecer o convite do Fórum pela Democratização da Comunicação. Eu acho que a população brasileira agora gradativamente vai se dando conta da importância da comunicação na estrutura econômica e política do país. Mas esse é um fenômeno recente que a sociedade, como falou o Daniel, começa a perceber, muito embora, o poder saiba disso há muitos anos, muitas décadas. Quando a gente começa a acompanhar a estruturação do ministério, todo destaque é dado, com justa razão, ao ministério do Planejamento, da Economia, ao chefe da Casa Civil e o ministério das comunicações não aparece com tanto destaque. Mas, talvez, isso até seja intencional. Porque, se se destacar na mídia a importância do ministério das comunicações, essa própria mídia pode vir a ser checada pelo fato de suas ligações, nem sempre tão claras ao logo da história, com esse mesmo ministério. Mas ele é muito importante, ele é central na estruturação política e econômica do país. Se nós formos pensar, desde a ditadura militar até hoje, os

governantes, salvo algumas exceções, escolheram com muito cuidado seus ministros e seus secretários de comunicação. Desde a ditadura até o governo Sarney, mudaram vários ministros, mas se manteve como secretário um cidadão que praticamente controlava o ministério e as políticas de comunicação. Passava por ele todos os processos de concessão de rádio e televisão e era sempre a mesma pessoa. Depois, com o Sarney, assumiu o Antônio Carlos Magalhães, uma pessoa de peso na política conservadora do país, manteve durante algum tempo o mesmo secretário anterior. E quando Fernando Henrique Cardoso Assume, ele escolhe para ministro das comunicações aquela pessoa que é mais próxima dele do ponto de vista político, econômico, social e até nas relações de amizade familiar, que foi o ministro Sérgio Motta, sócio de Fernando Henrique Cardoso em vários negócios. Não é à toa que ele fez isso, porque ele sabia da importância para ele, governo, de ter ali esse tipo de pessoa de absoluta confiança. É um ministério que tem entre outras atividades, duas grande linhas de atuação: a linha das telecomunicações que é a especialidade do Márcio e tem a ver com a questão que o Daniel acabou tocando no final da apresentação que é, por exemplo, a regulação do sistema digital. Eu dizia brincando antes, na mesa, que essa é a última fronteira do capitalismo. A telefonia no mundo e a telefonia no Brasil aparece como uma das últimas fronteiras de expansão do sistema capitalista no mundo. São negócios, é um poder econômico em jogo monumental num país das dimensões do Brasil com a necessidade da telefonia que o Brasil necessita, isso lá na telecomunicação. Do lado da radiodifusão, que é o lado que nos interessa aqui, é um pântano. A radiodifusão hoje, o Daniel tocou rapidamente é um pântano em termos de regulação. É um pântano em termos de estruturação. Na verdade, aqui o tema é a reestruturação, estamos falando de um sistema desestruturado no Brasil. Se a gente for analisar, e aí também é um inventário, se nós formos analisar a história recente do país, só em dois momentos, em momentos muito ruins da vida política nacional houve algum tipo de percepção, de organização nas comunicações para objetivos políticos que foram as duas ditaduras. Na ditadura Vargas, como Vargas percebeu que era através do rádio e através do cinema que ele ia combater e trazer para seu controle as oligarquias regionais e investiu o rádio dessa forma se, tarefa essa de centralização de poder completado pela ditadura militar a partir de 64 com a implantação dessa poderosa, talvez seja uma das poucas mudanças positivas da ditadura, essa poderosa rede física de telecomunicações montada pelos militares. Ali havia projeto político, claro, nos períodos democráticos que se intercalaram a esses dois períodos de ditadura, o que aconteceu? Aconteceu uma certa entrega das comunicações ao comércio, à área privada, e o poder do momento estabeleceu com o comércio, com essa área privada certas negociações. Não havia interesse do poder democrático estabelecer controles, estabelecer políticas mais claras para esse setor. Entregou para a iniciativa privada. É isso que nós temos hoje: basicamente toda a radiodifusão no Brasil está entregue à iniciativa privada diferentemente de outros países democráticos no mundo onde o setor público, onde a radiodifusão pública compete em termos de qualidade, em termos de quantidade com a radiodifusão comercial. Lembrando sempre que ambas, a pública e a privada, são concessões do poder público, portanto, são prestadoras de serviço público. Mas no período democrático se entregou isso para os interesses comerciais e aí nós tivemos e temos até hoje, esta desestruturação como disse do sistema. Por que? Qual é a consequência disso para a sociedade? É que a comunicação, o rádio e a televisão são vistos pela maioria da população, e a gente vê isso nos debates que a gente faz por esse país são vistos como mercadorias, mercadorias que dão para a população alguma coisa que elas parecem não ter que pagar. Numa sociedade em que se paga tudo, quase até o ar para se respirar, o povo tem a ilusão de que tem o rádio e a televisão de graça nas suas residências, quando na verdade ele paga quando ele compra o sabonete, quando ele compra qualquer produto que ele compra que é anunciado na televisão. Mas essa idéia, essa impressão de que é de graça faz com que a sociedade fique um pouco amortecida em relação a cobrar um serviço melhor de radiodifusão. Alias, essa palavra serviço não aparece no Brasil. Aparece na Europa: Serviço de Radiodifusão. Aqui não aparece a idéia de que isso é um serviço público um serviço concedido a alguns concessionários pelo Estado em nome do público. E com isso, não há uma exigência na qualidade, a sociedade meio que aceita aquilo porque está acostumada a ouvir, cavalo dado não se olha os dentes, e assim hoje nós nos enfrentamos com um momento da internacionalização da comunicações, tanto do ponto de vista tecnológico, como falou o Daniel, quanto do ponto de vista da presença dos empresários dos grande grupos

empresariais internacionais da comunicação, estabelecendo monopólios globais de comunicação cada vez maiores, vejo um avanço mutuo pelo mundo todo, apenas como exemplo, entrando no Brasil, entrando, com certeza, com muito mais facilidade com a tecnologia digital, com esse aumento de possibilidade de canais, portanto nós temos entrando na globalização das comunicações sem olharmos para dentro, sem fazer esse inventário que estamos fazendo aqui, sem percebermos quais são as nossas deficiências e sem termos uma estrutura econômica, política e jurídica para negociar, pelo menos, no mesmo nível de qualidade com esse capital internacional que chega avassalador e que vai nos englobar a todos e que já está nos englobando e que vai nos englobar ainda mais com as novas tecnologias. Ou seja, nós somos pegos desestruturados, somos presas fáceis desses tentáculos internacionais. Para assimilar, o que irremediavelmente temos que fazer, nós precisamos dessa estrutura. E aí eu estava pensando nisso e lembrei um trecho do discurso do Lula na posse do dia primeiro de janeiro e eu vou tomar a liberdade de ler dois parágrafos que tem tudo a ver com o nosso programa aqui da estruturação e da desestruturação na relação do capital estrangeiro. O Lula disse num parágrafo que o Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forcas que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universal. Significa simplesmente adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazo para realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e nossa capacidade própria de investimentos, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano em investimento em tecnologia. Sobretudo nós vamos produzir porque a riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, é a riqueza produzida pelas nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor. Eu queria pegar uma frase desse trechinho do Lula quando ele fala: é um mergulho para dentro de si mesmo. É que há pouco o Daniel disse que é preciso fazer um inventário, então, é preciso dar um mergulho para dentro de nós mesmos, entender o que é essa desestruturação da comunicação no Brasil para poder ter essa negociação em nível audível com o capital internacional. O que temos hoje? Temos uma legislação de 1961. O Código Nacional de Radiodifusão é de 1961. São 42 anos de um código que em outros países é revisto a cada cinco anos. Na Inglaterra, a lei de broadcasting é revista a exatos cada cinco anos, tal a importância que ela tem para a sociedade e quais as modificações que essa sociedade faz, tanto do ponto de vista tecnológico, como do ponto de vista cultural, obrigando que a legislação acompanhe essas mudanças. Ora, nós temos uma legislação do tempo em que a TV era em preto e branco, tempo em que não havia minissaia. Em que o fenômeno da minissaia do ponto de vista cultural ainda não tinha ocorrido, muito menos da pílula anticoncepcional. É essa legislação que nos baliza na radiodifusão hoje. Agora, nós não temos outra legislação, não por falta de certas pressões da sociedade. Nós não temos porque há interesses muito fortes que impedem que essa legislação seja uma legislação moderna, avançada, que de conta dessa idéia de serviço público. E aí eu tenho que fazer um registro, o ministro Sérgio Motta chegou a apresentar um outro projeto de uma Lei de Comunicação Eletrônica de Massa para ser discutida pela sociedade e enviada ao congresso, mas que ficou arquivada, embora o ministro tenha acenado com a possibilidade do debate nacional coisa que acabou não ocorrendo, acabou o mandato continuamos com a lei de 1961, portanto, uma desestrutura total do ponto de vista jurídico da radiodifusão do Brasil. Do ponto de vista estrutural mais concreto em termos jurídicos, nós temos no Brasil um sistema de radiodifusão que está inclusive pela Constituição definido como um sistema complementar entre o estatal, o público e o privado. As emissoras do Estado, as emissoras do público e as emissoras privadas comerciais. Isso o Daniel tem a pesquisa que mostra que praticamente em torno de 90 por cento das emissoras são comerciais, são da iniciativa privada. Os modelos público e estatal no Brasil é o resto do sistema. Mas mesmo o sistema privado é um sistema desestruturado. O sistema estatal é desestruturado, o sistema público é desestruturado. O sistema estatal que nós temos aí coordenado pela Radiobras é um sistema incipiente, tem muito pouco a apresentar como trabalho para a sociedade. Eu acho que até para o próprio Estado não cumpre o papel que deveria cumprir como porta-voz do Estado brasileiro por uma série de motivos. O sistema público não existe no Brasil, embora ele seja importantíssimo na Europa, que dispute com o sistema comercial a audiência no rádio e na televisão, aqui nós não temos um sistema público. Nós temos um

incipiente sistema público que pode ser localizado na Fundação Padre Anchieta na TV Cultura em São Paulo, ou aqui na TVE do Rio Grande do Sul, mas os dois pilares do sistema público não se combinam aqui no Brasil. E quais são os pilares do sistema público? Que o controle seja público, portanto, com conselhos públicos, coisa que aqui nós temos no Rio Grande do Sul e em São Paulo também temos, mas que isso tem que ser combinado com algum tipo de manutenção pública. Porque, se é o Estado que mantém a TV pública, o Estado manda na televisão pública, embora o conselho seja autônomo. Nós sabemos os mecanismos que existem para esse tipo de controle. Na Europa o sistema público é mantido pelo telespectador, parcialmente, em vários países. Aqui no Brasil, com essa perversa distribuição de renda, é praticamente impossível que as pessoas paguem para ver televisão, mas podem haver mecanismos que uma manutenção do sistema público que não dependa do Estado. Por exemplo, com a cobrança das concessões das emissoras comerciais de aluguéis compatíveis com a receita que elas têm. As emissoras comerciais usam o espectro eletromagnético que é público, que é nosso, que é concedido a elas pelo Estado. Portanto têm que pagar aluguel para usar isso. Não pode usar um bem público sem pagar aluguel. Esse aluguel, por exemplo, poderia manter uma rede pública de televisão independente. Essa é uma idéia mas há outras idéias. Não me atrai a idéia da publicidade na TV pública, mas ela acaba aparecendo como vocês vêem já na TV Cultura em São Paulo, como uma tábua de salvação já que o Estado reduz o financiamento, eles vão à iniciativa privada e vão concorrer com a emissora comercial descaracterizando a programação, fazendo uma programação que logo, logo será igual às emissoras comerciais, portanto, por que TV pública se você tem uma televisão comercial que em alguns momentos chega a ter bons programas. E finalmente, para concluir, eu falei de estatal, falei de pública, o sistema privado de televisão no Brasil. Hoje é um momento excelente para se discutir, infelizmente pela crise, a situação das emissoras comerciais que como se diz na linguagem do boxe, estão nas cordas, estão de chapéu na mão buscando formas de sobrevivência nesse modelo atual. É o momento de redefini-los nesses sistemas. Por que a Rede Bandeirantes de Televisão pode fazer o que ela faz, colocando às oito horas da noite, horário nobre, um pastor para fazer proselitismo religioso. No caso da Bandeirantes, como eu trabalhei lá, conheço um pouco, ali é o desespero econômico. Bom então vamos pegar dinheiro de onde der. O pastor tem dinheiro, então põe o pastor no ar. Quer dizer, nenhum compromisso com o interesse público, e pior, eu acho até anti-republicano e inconstitucional, na medida que, como as concessões são públicas, como o Estado vai, você não pode usar a televisão para fazer proselitismo religioso, porque, se o pastor pode, o candomblé também pode. Por que o candomblé não tem? Porque não tem dinheiro para comprar, porque se chegar lá no Saad com o dinheiro que tem o pastor, compra um horário e põe o candomblé, só que o candomblé não tem dinheiro. Então isto é um perigo para a democracia. Nós temos pessoas privilegiadas usando um bem público. Grupos privilegiados usando para seu interesse, agora, religioso. Por que isso ocorreu? Justamente por causa da desregulação. Porque as concessões foram dadas ao longo desses 50 anos da televisão, e muito mais para o rádio, foram dados por interesses políticos partidários, foram concedidas por interesses comerciais, e mais recentemente, por interesses religiosos. Se vê um número tão grande, os números do Daniel são expressivos, em relação ao que se tem de radiodifusão no Brasil e eu pergunto: esse número de rádio e televisão no Brasil é compatível com o volume do mercado publicitário existente? Claro que não. Se fosse ele não precisava ir vender o horário para o pastor. Se fosse, o Sílvio Santos não precisaria manter a sua emissora com jogatina. Porque se acabar a jogatina, fecha o SBT. Quem disse isso não fui eu, o Sílvio Santos falou. O Fábio utilizou a expressão jogatina para capitalização, mas aquilo é jogo. Se fecha o jogo, fecha o SBT. Quer dizer, não é uma empresa de comunicação. É uma empresa de comunicação mantida por um outro negócio. A Rede Globo, mal ou bem, era a única empresa de comunicação no Brasil, pelo menos aparentemente, que se mantinha com o próprio negócio. Hoje já também não é bem assim, dada a situação econômica que ela vive. Portanto nós temos aí um momento riquíssimo para repensarmos toda essa estrutura. O ministro chefe da Casa Civil disse antes de tomar posse que radiodifusão é uma questão de Estado. Ora, se é uma questão de Estado, tem que ser estruturada realmente, agora sim, pela primeira vez talvez, não mais por uma ditadura, mas por um governo democrático que leve em conta não os interesses desses grupos que sempre se utilizaram das comunicações em seu proveito, mas nos interesses da sociedade. Só para concluir, ainda nessa questão do setor

privado, é importante que essas empresas sejam empresas, eu nunca advoguei que o Estado tenha que ser absoluto no controle da radiodifusão, os três sistemas podem conviver harmonicamente, desde que tenham competência e condições tecnológicas e econômicas para produzir para a população. O que interessa é produzir para a população. Um sistema público que produza programas de qualidade, para a população vai forçosamente obrigar o sistema comercial a também produzir coisa boa. Um exemplo: a TV Cultura de São Paulo, num determinado momento, quando chegou a ter programas infantis dando índices de audiência de dez, doze pontos, fez com que o SBT fosse buscar produtores da cultura para melhorar sua faixa infantil. Ou seja, além da própria Cultura estar entregando programas de qualidade para a população, estava civilizando a TV comercial, na medida em que a televisão comercial corria atrás, aí não só do dinheiro, mas também, da qualidade. Portanto, o importante é que se é uma questão de Estado a radiodifusão, que essas empresas sejam empresas sólidas. Que vivam desse negócio e não de negócios paralelos. Só um exemplo que me vem agora, um exemplo clássico, na Inglaterra, para as emissoras particulares obterem a concessão, elas têm que provar que têm consistência econômica. Agora, a concessão que elas recebem, justamente para garantir que elas não se atropelam nessa luta pela audiência e acabem vendendo um programa para qualquer um, quando elas ganham uma concessão de dez anos, aqui de quinze, elas tem o monopólio comercial da área, da região. Então, elas passam, com isso elas têm uma solidez econômica fundamental para manter a qualidade do programa. E elas vão disputar a audiência com a emissora pública, que é a BBC. Mas não vão disputar mercado publicitário, porque o mercado publicitário, claro que eu não estou querendo que esse modelo seja adotado para cá, mas estou dando um exemplo de como é importante você ter empresas sólidas, para que elas prestem serviço, para que elas façam um bom programa, não fiquem fazendo negócios com pessoas que têm interesse em usá-las para seu projetos. E, para terminar, falando um pouco da, como o Daniel terminou, desse novo momento que é a entrada da tecnologia digital, e aí eu volto ao começo como falava ali do ministério, da importância política e econômica dessa discussão. A tecnologia digital entra no Brasil com a marca exatamente dessa fronteira do capitalismo internacional, uma das últimas fronteiras do capitalismo internacional. Quantos negócios, que negócios serão feitos no Brasil. Há uma disputa já de dois anos entre três modelos de tecnologia digital tentando entrar para disputar e ganhar o mercado brasileiro. E o governo foi empurrando até onde pôde a escolha entre o japonês, o europeu e o americano e passou agora essa decisão, eu acho que foi uma medida que, para a sociedade foi muito boa. Eu acho que não é só comprar miragem que não é urgente. Eu acho também que a tecnologia digital não precisa ser introduzida no Brasil de forma *soldada*. O laboratório de pesquisas da Poli, da USP, está avançando na produção de uma tecnologia digital de rádio e televisão nacional. Por que não esperar? Por que não investir se há uma necessidade tão grande de divisas. Agora nós sabemos que as pressões externas são brutais e que podem ultrapassar as barreiras econômicas, vão à imposições políticas. Mas, de qualquer forma, é uma outra questão. Eu acho que está aí para ser pensada imediatamente pelo novo governo que assume esse ministério, do meu ponto de vista, é politicamente central para o governo brasileiro. Obrigado.

- Márcio Wohlers (Assessor do MiniCom)

Aí pessoal, é um grande prazer estar aqui presente no Fórum Social Mundial, encontrando velhos companheiros de luta e estar aqui representando, porque não pôde vir, o Ministro das Comunicações Miro Teixeira. E, como vocês sabem, ele é um articulador político do governo, está ainda na luta parlamentar para indicar pessoas da sua confiança para liderança do congresso e liderança do senado. Como Ministro, é um articulador político também importante para o governo Lula, pode se ausentar minimamente até que seja eleito o novo presidente da câmara e o novo presidente do senado. Esse é o motivo principal da ausência do Ministro neste debate. Muito bem. Eu vou colocar aqui uma questão que me incomoda do ponto de vista teórico e estrutural político geral da minha área, que é mais telecomunicações, e na segunda parte, uma questão mais política de avaliação das tendências do novo ministério que agora está se estruturando. Muito bem. Então, dadas as preocupações mais gerais desse tema, que os dois painelistas antecessores

colocaram com relação à pluralidade e negação dessa pluralidade na mídia do século passado e aqui no século que entra. A internacionalização dos sistemas de comunicação, dado esses temas mais gerais, eu quero lançar uma preocupação que me preocupa (sic) muito. Emblematicamente, e eu vou começar, emblematicamente, há uma semana atrás, pediu demissão do último conglomerado da convergência que se formou nos Estados Unidos, a América On Line – Time Warner, um império que anunciaria a convergência no plano de negócios entre o maior provedor mundial de Internet. A queridinha americana América On Line e a velha mídia, o poderoso grupo editorial Time Warner, imaginava-se que, do ponto de vista de um grande negócio, ele materializaria a convergência da informática, das telecomunicações e da mídia num negócio capitalista. Muito bem. Esse negócio foi estruturado em janeiro de 2000, três meses antes do estouro da bolha das ações de alta tecnologia. Três meses antes do estouro da bolha das empresas pontocom. Alguns meses antes da decadência, da crise dos sistemas de telecomunicações onde os grandes grupos, que ganharam na era da globalização começaram a encolher em cima de fraudes contábeis inimagináveis num suposto capitalismo que teria um sistema de governância corporativa muito bom. Falo do caso emblemático da WorldCom. Muito bem. O que eu comecei a refletir com a saída de *Steve Case* como executivo chefe de todo o grupo que via na América On Line. A América On Line está mal das pernas. A base de assinantes que cresce de uma maneira muito frágil, a perda de receita publicitária deles, da América On Line, além dos problemas de financiamento dos seus investimentos. Sai *Steve Case* e volta o predomínio dos grandes barões da mídia tradicional. Então, a saída de *Steve Case* da América On Line, um grande grupo capitalista, antecedida por crise no grupo alemão *Beteman* com a saída de *Thomas Midehalf*, eu pergunto: até que ponto a crise econômica das empresas pontocom, e, portanto, o pêndulo econômico voltando para a mídia tradicional significa um retrocesso internacional nas possibilidades tecnológicas econômicas de fato, não nas possibilidades libertárias do rumo digital da Internet, onde as tecnologias não são facilmente controláveis pelo poder econômico estabelecido como antes, mas, na medida em que muitos negócios de grande porte foram feitos, mas também iniciativas públicas, iniciativas como foram inclusive o MP3, que foi caçado pelos sistemas tradicionais de proteção dos grandes grupos de copyright. O MP3 foi uma primeira cassação jurídica internacional de um instrumento democrático da Internet, mas foi uma cassação jurídica pelas leis internacionais de proteção de copyright ligadas aos interesses dominantes. Assim como o MP3, não obstante seus sucessores estarem funcionando parcialmente, representou um retrocesso. Temo eu que os nossos avanços podem estar no momento de questionamento desses avanços. Porque, a medida em que o setor de telecomunicação vive um momento de crise econômica, aguça a concentração do darwinismo do mercado começa a se fazer presente. Ou seja, se antes haviam grandes fusões ofensivas no mercado editorial internacional, no mercado de telecomunicações, por exemplo, onde os sete grupos regionais de telefonia local já são quatro, onde a ATT, a toda poderosa ATT, já está retirando seus investimentos na América Latina, onde a concentração a longa distância já é grande, colocam um dilema para os reguladores muito grande. O sistema foi, em telecomunicações, privatizado e colocado à concorrência, supondo que existiram órgãos reguladores independentes, para que existisse uma concorrência a favor da população em termos de preço, qualidade e não dominância de oligopólios ou de monopólios, sejam eles privados, ou sejam eles públicos, mas capturados pelos interesses dominantes como era nosso monopólio público anterior. Muito bem. O dilema que se coloca hoje em telecomunicações é se o poder regulador em nome da reconstituição econômica admitirá o darwinismo de mercado para que o sistema não vá à bancarrota e, portanto, fecha os olhos à reconcentração em marcha no sistema de telecomunicações, que também acontecerá no Brasil, e já está acontecendo no sistema de telefonia celular. Empresas poderosas como a BCP em São Paulo, subsidiária da *Hellsalse* americana. Mesmo a Embratel em crise, mesmo a Intelig em crise, os poderes reguladores do mundo e os poderes reguladores do Brasil, em nome da sobrevivência econômica, serão mais “lights” para que o sistema, nessa segunda onda de reforma, se reestruture e não vá à falência. Ou o sistema regulador, vendo essa nova reconcentração que já acontece no Brasil na telefonia celular e que vai acontecer a partir de 31, final de julho, quando acaba o congelamento acionário na telefonia fixa, porque acabamos 5 anos de privatização. O poder regulador será mais duro porque os oligopólios voltaram, porque o sistema volta à monopolização? Que poder regulador será esse? Ele será mais “light” no sentido de permitir a

reconcentração e a fusão que mudarão algumas normas para que haja sobrevivência econômica dessa empresa, ou o poder regulador fará um movimento de possível contemporização, mas será mais duro porque há um movimento de reconcentração, porque todo o movimento de reforma nas telecomunicações é: quanto mais concorrência, menos regulação. Quanto mais disputa de mercado, mais ganharia o consumidor em termos de preço, qualidade e serviços em telecomunicações. Ora, se a concorrência em telecomunicações ficou centrada em longa distância, concorrência predatória, não levando a um equilíbrio, se a concorrência em telecomunicações ficou ligada ao sistema fixoXcelular quem desafiou o sistema fixo foi o celular, dada a inovação "pré-pago", coloca-se que há uma falência nos pressupostos da telefonia fixa na redução de preços, na qualidade. A qualidade é hoje, principalmente para os pequenos usuários, uma variável de custo operacional. Ou seja, as empresas reduzem a qualidade como um item de redução de custos para enfrentar a concorrência. O poder público necessita, para que a qualidade não seja só garantida ao grande usuário, grandes bancos e o poder financeiro que têm o poder de contratação mais grande (sic), mas também a qualidade seja um item que o pequeno usuário, principalmente de telefonia, seja também atendido, vai exigir um poder maior do órgão regulador. Muito bem. Essa minha preocupação eu imagino que vá fazer parte direta ou indiretamente. A Internet, dado os seus fundamentos econômicos, aponta para uma reconcentração, será um instrumento que permitirá um avanço da democracia ou voltaremos à reconcentração dos grupos de mídia tradicional. Aquela janela de oportunidades econômicas e democráticas hoje vai se reduzir ao meio de comunicação individual, a meio de comércio eletrônico das firmas, ou poderemos construir formas mais democráticas através de tecnologias que têm um caráter mais desconcentrador e libertário com a Internet. As relações de trabalho e as relações de poder vão mesmo mudar ou foi uma janela que acontecem erupções tecnológicas mas hoje as velhas estruturas de dominância continuam a dominar porque o financiamento privado da Internet é algo que está sendo colocado em risco pesa crise econômica. Coloco eu agora, a segunda questão: tiro o chapéu acadêmico e ponho o chapéu político como representante do Ministro das Comunicações. Imagino eu que, como todos nós acompanhamos a escolha do ministério Lula, apresentou, e esse fórum hoje é um fórum privilegiado, muito diferente do fórum do ano passado, quando existia, as expectativas. Agora não. É um fórum onde a gente, mergulhado na realidade, onde foi ganho uma eleição e hoje se repensa numa situação de poder, mas de um poder ganho dentro de um regime capitalista com regras próprias, uma relação entre governo, estado, partido, movimentos sociais e, por que não dizer, Igreja. No sentido das comunicações o movimento das igrejas sustentando os movimentos sociais, entre aspas, tendo um poder de comunicação amplo e grande. Ele não colocou a igreja do bispo se está boa ou não em termos de, não a Bandeirantes colocando o bispo. A Igreja tem hoje interesses de comunicação muito grande. É um outro setor econômico, social constituído e tem que ser pensado dentro dos atores relevantes. Existem, portanto, o governo, o estado, existe o partido e seus grupos e facções, existem os movimentos sociais e também a Igreja, no sentido da comunicação nas várias igrejas. Muito bem. Como vocês sabem, o governo Lula assumiu num momento de extrema fragilidade econômica, um momento de especulação e dependência aguda, dado a falência do financiamento anterior baseado exclusivamente na atração de capitais no momento áureo da globalização e o governo Lula assume num momento de refluxo internacional e alta especulação. Imaginava-se que o dólar ia para seis reais. Se o dólar estivesse a seis reais hoje, o Fórum estaria discutindo outras questões. O país estaria às vésperas de uma situação de desabastecimento muito próxima da situação da Argentina há um tempo atrás. Numa transição por alguns questionada e por alguns apoiada, num fôlego de curto prazo, o governo fez uma composição na área econômica e a taxa de juros continua a mesma. Até subiu um pouco, mas a taxa de juros, a composição do governo Lula para manter a curto prazo, uma situação de governabilidade. Essa situação de governabilidade, do ponto de vista econômico, foi conseguida. Estão indo alguns anéis. Esses anéis é a taxa de juros, mais alta dos últimos anos. O Lula tem uma legitimidade para circunstancialmente alimentar a taxa de juros. Ele tem uma certa legitimidade que vem das urnas. Mas por que eu falo dessa questão? Para entender que, ao lado dessas restrições macroeconômicas, foi formado um governo com composições muito grande e dentro das últimas articulações políticas o governo entendeu, dentro de sua composição política, que um Ministro não técnico, um Ministro não ligado a nenhum interesse dominante como foi a prática da ditadura anterior ocupasse esse ministério que era uma

terra arrasada. O projeto do governo anterior era extinguir o Ministério das Comunicações, trazer radiodifusão para dentro da ANATEL e fazer uma grande ANACOM, Agência Nacional de Comunicações, feita por técnicos, feita por supostamente elementos independentes de tudo e de todos e o Ministério das Comunicações viraria o Ministério da Infraestrutura. Esse era o projeto estratégico do desenho do Sérgio Motta, que, ao falecer, não conseguiu levar em conta, nem sei se conseguiria fazer levar em conta esse desenho estratégico. Muito bem. Então, o ministério que tem hoje três grandes áreas, uma área postal, com a empresa que tem quase cem mil funcionários. É a maior empregadora de CLT hoje, a Empresa de Correios e Telégrafos, que está indo muito bem, obrigado, mas que dado investimento feitos nos últimos meses do governo Fernando Henrique vem diminuindo a sua rentabilidade, diminuiu no último quarto trimestre em função de investimentos em tecnologia mal feitos, não é questão operacional de investimento. A área postal e toda uma política hoje, está sendo redefinida e essa é a terceira área de um setor que tem uma estatal. A segunda área do Ministério das Comunicações, ela tem uma agência, que é a ANATEL, que regula e fiscaliza o mercado que foi privatizado, mas cujas regras de privatização, ao permitir a sua internacionalização completa ao não formular uma política consistente ao longo do prazo para o setor acabou absorvendo a crise internacional e hoje várias empresas, como eu citei anteriormente, é sabido pelo jornal, a Embratel, pensava-se que fosse até entrar numa situação de falência e voltaria aos oligopólios privados anteriormente. A Embratel, como empresa privada, sofrendo até a imagem de sua empresa mãe WorldCom, conseguiu renegociar suas dívidas e não virar para a falência como se imaginava. A Embratel apresentará em março um plano de reestruturação das dívidas. Mas foi uma ameaça muito grande ao modelo e, portanto, às debilidades do modelo. A relação Ministro das Comunicações-Agência é uma relação difícil porque a Agência absorveu indevidamente várias possibilidades de formulação. Ela, que deveria ser uma agência de implementação e fiscalização, mas não de formulação, acabou incorporando a formulação de políticas públicas. E a radiodifusão, cujo panorama já foi e é poder concedente concentrado diretamente no ministério, o poder concedente em telecomunicações não é do ministério, é da ANATEL. É esse quadro que o Ministro reconhece em gênero, número e grau, com essa gravidade de distorções. Portanto, em termos gerais, a primeira prioridade do Ministro é recuperar o que foi deixado terra arrasada porque foi preparado para a substituição e simplesmente por ele ser instrumento de domínio indireto ou direto dos poderes dominantes. Toda aquela estrutura que se encontrava sem organicidade, sem possibilidades institucionais imediatas porque se tratava simplesmente de um cartório dominado pelos interesses dominantes. Essa política de terra arrasada do Ministério das Comunicações, está sendo revertida para que o ministério possa finalmente nas suas três áreas recuperar sua capacidade de formulação de políticas públicas. As políticas públicas a serem formuladas em conjunto com aquelas forças sociais, partidos, e, evidentemente, um próprio programa em cima do qual esse governo foi eleito é a prioridade número um do Ministério das Comunicações. Formular políticas públicas consistentes desde o primeiro momento, tendo como afirmação os princípios de democracia e valores regionais e transparência e cidadania de fortalecimento do mercado nacional, de inserção não subordinada, coincidente com os princípios do Fórum e, não pro acaso, de inclusão social e de política industrial. Ou seja, a visão de inclusão social/digital, de mercado nacional e de não subordinação aos grandes grupos sejam eles de âmbito internacional ou nacional, é a marca inicial do Ministro Miro Teixeira que inaugurou, até para a surpresa dos seus assessores, porque sua cabeça não foi feita por seus assessores, a discussão que eu, como pessoa física não imaginava, que estará à disposição de um padrão nacional de TV digital. Ontem foi instalado o primeiro grupo de trabalho dentro do ministério para que, no prazo de um ano, já tenha feito a especificação do padrão nacional de TV digital. Portanto, o Brasil não ficará à mercê do padrão americano, ou dos três lobbies: o lobby do padrão americano, o lobby do padrão europeu e o lobby do padrão japonês. Seguindo iniciativas da China, que temos menos informações, e da Índia, que já tem seu padrão próprio, em menos de um ano, e ontem já foi anunciado na imprensa que o CPQD, junto com o Instituto Gênesis, ligado à Gradiente de Manaus e outras iniciativas que vão se incorporar, em um ano estará especificado e começarão os testes do padrão brasileiro de TV digital. Então, isso é uma primeira marca de ousadia de mudança de políticas públicas nas palavras, não nas bravatas que podem acontecer. Já está em vias de contratação, já foi formulado com autorização da Presidência da República, ou seja, porque os interesses que vão

ser colocados em xeque são muito grandes, há uma janela maior de oportunidades porque a própria TV digital é um movimento que depende de um equacionamento de modelos de negócios a serem feitos em todo o mundo, ele não está andando com uma velocidade que se imaginava, então, a TV digital e a discussão de um padrão de tecnologia nacional com discussão com os atores nacionais é a primeira medida prática de postura pró-ativa do Ministério das Comunicações na área de radiodifusão em geral. Onde esta está discutindo o cronograma, e o que significa o cronograma técnico de especificar um sistema de TV digital. Bom, características de flexibilidade e de inclusão social. Essas são as premissas que o governo está dando para que seja especificado. Ou seja, a nossa TV digital precisa estar a serviço não de um padrão DVD, HDTV de super definição como os Estados Unidos privilegia a alta definição em detrimento do serviço. Porque os Estados Unidos já tem um setor, tem uma universalização digital muito mais avançada e não precisa da televisão e, principalmente, da TV digital que hoje, para o bem ou para o mal, atinge 89 por cento de domicílios. 89 por cento de domicílios têm televisão, sei que no padrão nacional o custo do *set up box* será um custo mais acessível, não vai ser barato, mas é um custo mais acessível para quem tenha uma TV 14 polegadas. Para quem tenha TV de 14 polegadas, são para porteiros, são para gente de pequenas posses, mais de 50 por cento depende de antenas com bombril em cima também. Então a TV digital vai ter uma definição muito forte e ela precisa ser especificada para os padrões brasileiros, para a topologia brasileira. Muito bem. Então, essa é a primeira medida prática, ontem já foi formulado e institucionalizado o grupo de trabalho para a TV digital, e na área que mais interessa também, a primeira medida que já foi anunciada é o Ministro está operacionalizando o programa FUST, Fundo de Universalização das Telecomunicações, que o governo anterior conseguiu a façanha de arrecadar e não gastar, e virou superávit primário de dois milhões de reais e agora, na semana que vem, o Ministro em colaboração com as operadoras de telefonia, com a ANATEL e o grupo de trabalho está desbloqueando o FUST, que o governo anterior queria fazer uma licitação monstro, queria privilegiar o Windows. Agora vão ser colocadas as duas plataformas: Linux e Windows. Não dá pra colocar apenas Linux, como queriam certos setores, a licitação do FUST será aberta às plataformas para escolha. E o conteúdo pedagógico que evidentemente virá aqui será aceito pelo Ministério da Educação, pelo Ministro Cristovam Buarque, finalmente nós estamos entrando em sintonia para que toda política pedagógica não se reduza ao programa anterior que deu um computador para as escolas e na maioria, por problemas de segurança, ficaram trancados. Tem escolas que não tinham nem verba para fazer portas. Os computadores forma literalmente emparedados, entre quatro paredes, até chegar a verba. Depois batia na parede para não ser roubado. Não é que ele não foi usado, ele foi emparedado. Você não consegue entrar lá dentro. Então, a preocupação de banda larga nas escolas, treinamento de professores, de abertura nas escolas, no fim de semana e de equipamento das escolas, isso é uma das preocupações, de como materializar o programa de inclusão digital que é o FUST, que não vai se resumir à escola, mas que é o primeiro programa em paralelo que está sendo enquadrado e no qual a sociedade civil também é chamada a colaborar, juntamente com as operadoras de telefonia, juntamente com os provedores para que a gente tenha soluções locais e não um plano monumental que daí você não consegue fazer. A idéia do Ministro é começar um ensaio piloto que serão em três estados no sul e dois estados no sudeste e centrosul e dois estados no nordeste para começar iniciativas regionais do Fundo de Universalização das Telecomunicações e no setor de radiodifusão, como é sabido, dada a dificuldade que houve entre vários grupos mais partidários ou menos partidários, o governo, o Ministro, Lula resolveu escolher uma pessoa absolutamente neutra da sua absoluta confiança, que não é do setor, portanto, tem um lado negativo, mas tem um lado positivo. O secretário de radiodifusão é uma pessoa de absoluta imparcialidade, seja de interesses à direita, seja de grupos em que existe uma salutar disputa política entre grupos. O secretário de radiodifusão atual hoje me pediu para ser um pequeno embaixador, junto ao Fórum, está aberto para que trace um cronograma de medidas, de atividades a serem feitas para que a gente possa fazer, não a questão de curto prazo de revisão de práticas irregulares. O Ministro já falou: eu quero é prender um amigo porque prender um inimigo, um opositor, isso é fácil. Eu quero é prender um amigo que esteja colocando a mão no lugar indevido. Esse é o meu objetivo, e será posto na Internet a partir de março o nome de todos os sócios dos detentores de concessões de radiodifusão, sejam eles senadores, delegados de polícia, será apresentado na homepage do

ministério o nome dos sócios para que todos saibam e não apenas os estudiosos que se debruçam sobre a matéria até onde vão as ramificações para que a gente tenha transparência em todas as ações. Então, a redefinição de procedimentos, a revisão das irregularidades é o primeiro ato que será feito pelo Secretario de Radiodifusão.

INTERVENÇÃO: como é o nome do novo secretário?

Ele se chama Eugênio. Ele não foi nomeado ainda. Ele está à serviço do movimento social. É uma pessoa de confiança do Ministro. Muito bem. Há problemas de radiodifusão comunitária. A primeira audiência do Ministro não foi com os donos de rádios, foi com os setores organizados que lá estavam. Provavelmente vários de vocês participaram da primeira reunião do Ministro que foi receber os setores sindicais e dos movimentos sociais. A primeira reunião em seguida da posse do Ministro já foi com os setores organizados que puderam ir à sua posse. Muito bem, o movimento, portanto, do Ministério das Comunicações e de radiodifusão é de transparência e de trabalhar junto com as forças sociais organizadas seguindo a orientação do presidente Lula. Ele é um Ministro a serviço do presidente Lula. Seguindo a orientação do governo, mudar as praticas e procedimentos em consonância com um determinado calendário, um cronograma sabendo que todas essas questões são delicadas, envolvem poder econômico e o poder econômico simulado diz que isso é bom, quando o poder econômico está em crise eu, pessoalmente, acho até difícil porque aí as taxas se põe de fora. Em economia é melhor lidar com uma economia que está crescendo, você pode pensar que fazer políticas distributivas, etc. uma economia que está encolhendo, um setor que está encolhendo, a mim dá medo dado o seu poderio de demissões, de inibições dos movimentos sociais. É a primeira questão delicada essa reforma, esse inicio de revolução de procedimentos que se anuncia para o Ministério das Comunicações, cujo calendário, cujo time, cuja articulação está apenas se iniciando no governo que também inicia a sua pratica política dentro de um contexto de reforma, como vocês já todos sabem, como primeiro ato maior do governo vai ser dia trinta, quando começa o Programa Fome Zero. Hoje a nossa prioridade interna é, além das atividades fins, é colaborar com o Programa Fome Zero. Isso é um dever de todos os ministérios e também de toda a sociedade. Haverá um call center, haverá uma marca de telecomunicações funcionando muito bem com o Programa Fome Zero que será a contribuição organizada pelo Ministério das Comunicações. O Programa Fome Zero, eu não vou falar sobre ele, mas vai revelar como que se podem articular todas as cinergias do setor público e do setor privado para começar a atacar, dito por uns de formas assistencialistas, mas para tocar um dos problemas maiores da exclusão que é o problema social. A nós cabe, em consonância com a inclusão social, a democratização, combater a exclusão digital, a exclusão da informação, a democratização da informação e devemos nomear no Programa Fome Zero que há uma unanimidade, outros países já querem imitar, os próprios organismos internacionais estão de olho. Em Davos a questão central é a tecnologia do Programa Fome Zero a ser exportado. Nem começou o programa e órgãos internacionais já querem transformar numa tomagem de tecnologia para trazer para a África, que essa vai ser a questão. Mas vamos ver que o Brasil está no centro das atenções. Tudo o que nós fizermos, tudo o que for colocado em termo, seja de caráter social, seja na área que nos afeta mexerá com interesses dominantes, aparentemente, há uma lua de mel. Esperamos que essa lua de mel seja bastante prolongada, mas não vamos nos iludir que muita gente terá que ser mobilizada. Eu estava na posse do Lula e entre 70 e 200 mil pessoas, chovia muito em Brasília e quando será que essas pessoas vão voltar para a Praça dos Três Poderes para defender o governo Lula? Então, eu acho que essa é uma frente comum, seja do governo, seja da sociedade civil organizada, de definir uma plataforma, um cronograma de trabalho para que o setor de radiodifusão possa começar um novo procedimento e ser um instrumento de paz e de redemocratização.

MEDIADOR: Obrigado ao doutor Marcio Voles, representando o acessor oficial do Ministério das Comunicações. Os procedimentos que vamos fazer vão ser inscrições. Por favos, quem quiser inscrição levante-se e diga o nome para nós identificarmos, inclusive nos nossos registros. Gostaria de registrar a presença dos jornalistas Frederico Medina, presidente do Sindicato de São Paulo, da jornalista Adriana representante do presidente da TVE, TV Educativa do Rio Grande do Sul, dos jornalistas Hugo Martins, _____ Custódio, respectivamente vice-presidente e secretário de relações internacionais da Associação de Periodistas do Uruguai, entre outras

pessoas que estão aqui. Queria registrar essas presenças nesse momento. Nome, por favor, estão iniciadas as sei primeiras inscrições. Vamos iniciar então com o Rogério.

ROGÉRIO: Bom dia, integrantes da mesa, platéia. Sou estudante de comunicação da Universidade Federal do Maranhão e vim aqui representando a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação, uma das entidades que compõem o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, organizador desse seminário. Uma das coisas que mais tinha se consolidado dentro de mim, porque votar em Lula era enfim, é difícil mudar a possibilidade da gente ampliar essa inserção das vozes excluídas historicamente na nossa sociedade do debate dessa esfera pública midiaticizada que a gente tem hoje. O professor comentou muito sobre isso, o sistema público, sobre o sistema que tem, então, eu acho que a gente tem que ser otimista em função do vislumbamento dessa possibilidade. Eu acho que simbolicamente, a posse do Ministro no dia dois, com a presença do sindicato, das federações, entidades organizadas dos movimentos nacionais, acho que é representativo a gente consolidar isso aí. Eu queria que o Daniel comentasse uma das coisas que a gente discute muito, inclusive no nosso Congresso Brasileiro, que terminou anteontem, o próprio Daniel e o Schoreder estiveram lá com a gente discutindo, é uma que também está registrada nos autos da transição, é sobre a possibilidade de construir uma legislação unificada chamada de Lei Geral da /comunicação de Massa. Quais seriam os benefícios e quais as dificuldades para poder implementar isso. E para valer, queria que comentasse um pouquinho mais sobre TV digital, incluindo aí os aspectos da comunicação, do Estado, da indústria, do comércio, que estão inclusive na Ciência e Tecnologia.

MEDIADOR: Estabelecendo um protocolo, vamos fazer três intervenções e passamos para a mesa e assim por diante. Temos seis inscrições, faremos duas rodadas de três nesse primeiro momento.

GUSTAVO GINDRE: Nós temos no Brasil um acúmulo, uma trajetória do movimento da democratização da comunicação, especialmente no Fórum, que já tem um certo acúmulo, das demandas, do que fazer, quais são, para um governo como o governo Lula, quais são os grandes desafios. Essas demandas forma inclusive materializadas num documento que o Fórum entregou para a confecção do Programa de Governo do Lula e foi que incorporado utópico. Depois, mais uma vez, essas demandas se materializaram na equipe de transição que construiu um relatório fazendo um diagnóstico e apontando os grandes *contenciosos* da área, quais serão as dificuldades. Eu tive até a oportunidade de estar participando da redação desse relatório da equipe de transição. Com a posse do Miro a gente percebe alguns avanços que são inegáveis. A escolha, por exemplo, do secretário executivo, uma pessoas que tem um acúmulo que vem dos movimentos de telecomunicações, de outras pessoas que trazem um acúmulo, percebemos a sinalização do Ministro em algumas questões que se encaminham, essas duas, a do FUST, e da TV digital, que têm impacto realmente industrial, uma série de coisas, mas em que pese esse fato, a minha avaliação pessoal é que ainda faltam sinalizações mais efetivas do ministério. Por exemplo, tanto uma reunião de entrega do relatório da equipe de transição dia 27, quanto no dia dois, na posse do Ministro, ainda que ele tenha feito uma reunião com várias entidades da sociedade civil, foi muito mais uma protocolar pois ele estava tomando posse naquele momento, mas não houve uma sinalização de como é que o ministério pretende encarar questões que são hoje questões espinhosas e parece que a escolha de um assessor que ele traz da Câmara doa Deputados para a área de radiodifusão sinaliza que ele saiba o pepino que é essa área e o tipo de dificuldade que ele vai encarar. Mas não me parece que ele tenha sinalizado ainda o que deseja. Esse acúmulo todo que a sociedade civil traz, o que será feito desse acúmulo. Por exemplo em questões como rádio comunitária, por exemplo na questão da Lei Geral da Comunicação Eletrônica, enfim, que cara ele pretende dar a isso? Ele vai ter que comprar brigas, evidentemente, e principalmente que local, qual o lócus em que esse debate vai se dar. como é que a sociedade civil vai poder interferir nessa discussão, que a gente espera que esse governo vá ter um lócus privilegiado nem relação ao que era antes. Quer dizer, a gente sabia, olha o Sérgio Motta está discutindo uma lei, mas ninguém via, aí vazava... agora a sociedade vai poder estar discutindo essas questões. Então, eu queria que você comentasse um pouco sobre esse início de governo.

MEIADOR: Obrigado Gustavo.

FRANÇA: O meu nome é França, eu sou um dos coordenadores da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, a ABRAÇO. Uma das coisas que deixou a gente muito feliz nessa

história toda de composição de ministério é que o PDT tem se posicionado muito firmemente e, historicamente no Brasil, é combater o monopólio e conquistar a democratização da comunicação. E é com muita satisfação que a gente vê um partido que inclusive votou contra a abertura dos trinta por cento ao capital estrangeiro. Então, isso para a gente é muito positivo, sinaliza uma disposição, pelo menos em tese, de que o PDT hoje no governo, e principalmente na questão da comunicação vai estar fazendo com que o governo Lula, aquele caminho mais para a esquerda, realmente num confronto no sentido de democratizar essa comunicação. Mas eu concordo com o Gustavo também. Primeiro, essa ANATEL, porque essa agência de regulação no Brasil não serve pra nada, a não ser para ferrar o povo, com relação à ANATEL, o que a gente vai fazer com isso? O que o Ministro, o que vocês estão pensando em fazer com esse negócio chamado ANATEL? E, principalmente para nós da radiodifusão comunitária, é assim um pepino porque incrimina a gente o tempo todo, rouba nosso equipamento, não serve para nada a não ser ferrar a gente. Então o que vocês vão fazer com ela? O que vocês estão pensando imediatamente? Vão rever, será que ela vai ter poder pra legislar, pra executar as coisas? Vamos resolver isso logo. O que vocês estão pensando pra hoje, e como é que a gente pode colaborar? Com relação, por exemplo, a população brasileira nunca soube o que a Rede Globo fazia, o que a Bandeirantes fazia, como é que eles arrumavam dinheiro para se manter, o que a gente está sabendo agora é que eles estão quebrados. Não entendi isso, uma loucura, nunca vi roubar e ficar pobre. Então, como é que vocês estão pensando em colocar isso para a sociedade de uma forma mais clara, porque efetivamente a gente precisa controlar, de ter uma participação nisso. Então como é que vocês estão pensando em estabelecer essa relação com a sociedade além desse Conselho de Comunicação Social? E, com relação à nova Lei de Comunicação, quando é que esse debate vai se dar se já estão pensando em cronograma. Tem que espalhar pelo Brasil a fora, não é verdade? É o momento da gente fazer, já que a moda é essa, a revolução pelo voto, como é que a gente vai fazer a revolução na comunicação envolvendo efetivamente a sociedade nisso. São sinalizações mais concretas que nós estamos aguardando, e conte com a gente para derrotar esse monopólio da comunicação.

MEDIADOR: Obrigado, Daniel que é França, na verdade. Bem, iniciamos agora uma rodada coma a mesa. Seguimos a mesma ordem da apresentação dos painéis

DANIEL HERZ(?): A questão levantada pelo Rogério da Lei Geral, na minha avaliação, suscita o principal elemento do equacionamento dessa conjuntura desse início de governo. A verdade é que nós temos uma situação cristalizada do ponto de vista jurídico, institucional e econômico na área das comunicações e, em particular, no segmento de radiodifusão, especificamente rádio e televisão, e é isso que precisa ser reconstituído, é essa relação altamente cristalizada, é essa relação que precisa ser constituída. Então, nós somos obrigados a reconhecer o seguinte: não tem nada de espetacular, fantástico que pode ser de uma hora pra outra pelo Ministério das Comunicações. Não tem uma canetada do Ministro que resolva séria, profunda e imediatamente. O processo é lento, o processo é de reconstituição, repetindo, jurídica, institucional e econômica, antes até de ser política, porque determinadas soluções políticas para o sistema de comunicação precisam de uma base econômica, uma base jurídica e uma base institucional. Então é um processo lento. Essa disposição para estabelecer uma interlocução com a sociedade civil, com o movimento social, obviamente, é extremamente positiva, mas é um ponto de partida as definições e as decorrências concretas vão se dar através de um processo que é longo e complexo e se alguém tem dúvida em relação a isso, a experiência que foi acumulada no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação que há mais de dez anos estar se colocando na posição de quem estivesse no Estado, operando através do Estado, ou mesmo procurando se colocar na condição de quem via pelo lado do setor privado, e, portanto, tentando entender todos os elementos ativos do processo para que se possa produzir mudanças com profundidade com a radicalidade que nós pretendemos. Bom, o que fazer imediatamente, então? Tem algumas coisas tópicas que podem ser feitas, algumas delas o próprio Márcio citou, que em primeiro lugar, saber as informações da área. É um absurdo que a gente tenha que fazer pesquisa com uma complexidade próximo à investigação para saber quem são os donos das emissoras de rádio e televisão no Brasil. E que o próprio Ministério das Comunicações, o Márcio aqui, não sei se não chegou na mão dele o número, o próprio ministério tem informações desconhecidas sobre as empresas operadoras, sobre o número de emissoras em função do cadastro que está fechado até

internamente, com acesso à apenas algumas pessoas. Então em primeiro lugar algumas coisas básicas como essa que é o mínimo que se espera é publicar as informações e aquilo que é público, que nunca deveria ter deixado de ser público seja realmente acessível a qualquer interessado. Então algumas coisas desse tipo. Agora, tem algumas coisas que podem ser feitas em termos de, especialmente, pode ser resolvido como portaria e decretos algumas coisas que poderiam ser feitos também por legislações para decidir topicamente em cima de algumas questões. Nós estamos nos referindo aqui a corrigir determinadas distorções monstruosas da regulamentação de TV a cabo e de radiodifusão comunitária, porque enquanto não sair isso aí a ANATEL tem obrigação de fazer repressão que ela está fazendo hoje. Então isso aí tem que ser feito imediatamente. E aí tem que mexer em decreto e tem que mexer em legislação e essa base, a base que está sendo constituída, o Ministro inclusive não está aqui em função do esforço de reconstituição da base no congresso, tem que ser acionada imediatamente e já. Ou seja, para corrigir determinadas distorções. Se não fizer isso aí, a ANATEL é obrigada a fazer a repressão que está fazendo hoje. então, algumas coisas imediatas para resolver determinados problemas, emergenciais que poderíamos dizer, têm que ser feitas e com uma complexidade de operação que não pode ser simplificada, mas que têm que ser feitas imediatamente. Agora, um projeto mais abrangente, algo que até dois anos atrás nós estávamos atribuindo uma Lei de Comunicação Social Eletrônica, dada a precipitação dos fatos tecnológicos, econômicos da situação mundial, não tem como ser acelerada sob pena da gente fazer o seguinte: olha nós vamos ter que pagar um modelo de radiodifusão, de radio digital que vai desconstituir possibilidades que são extremamente importante. A mesma coisa em relação à televisão. Então qual é o rádio que nós vamos implantar no Brasil? Ao contrário da televisão, a digitalização do rádio pode ser aceleradíssima porque os custos econômicos do processo são infinitamente menores. Enquanto na TV digital, o principal elemento de custo dos receptores. Em parte também dos decodificadores dos receptores, é um monitor, é um display de alta definição, ou de plasma, ou de LCT, seja lá do que for, que é um elemento caríssimo, de rádio digital, nós podemos desenvolver um rádio digital, que hoje, assim como se compra em qualquer camelô um receptor de AM FM por cinco reais, nós podemos ter por três, quatro, dois reais, se tiver subsídio, se tiver componente político-industrial forte, um receptor de rádio digital vendido por dois reais, distribuído como brinde para quem comprar meia dúzia de refrigerantes. Nós podemos constituir um processo de digitalização e um modelo de rádio e televisão que de introdução da tecnologia digital que ainda está em suspeito, que ainda está nem pensado, ainda tem que ser inventado. Então, fazer uma Lei de Comunicação Social Eletrônica já, imediatamente é congelar, esse processo de invenção nós não temos como regulamentar algo que ainda está para ser inventado. Então esse processo que está deflagrado, inclusive de assumir todas as possibilidades de desenvolvimento de tecnologia nacional, é algo que tem que ser saudável e a sociedade tem que se filiar e se mostrar ativa em relação a esse processo e realmente apresentar as demandas e participar desse processo de invenção. Agora, a menos que nós nos disponhamos a fazer uma Lei de Comunicação Social Analógica, não tem outra coisa para fazer hoje. Se nós fossemos fazer uma Lei de Comunicação Social Eletrônica, e nós temos acúmulo para fazer, repito sem exagerar. Nesta sala aqui nós temos pessoas que têm condições e buscando mais o conjunto de acúmulo na sociedade e em duas ou três semanas produzir um projeto de Lei de Comunicação Social Eletrônica. Agora, o foco que nós temos hoje, a experiência que nós temos é toda da Comunicação Social Eletrônica Analógica. A digital é outro cenário, é outro mundo. Outro mundo possível, nós temos que tornar possível, mas é algo que deve ser inventado. Que a base tecnológica, por um lado, é um elemento deflagrador dessas possibilidades, e, por outro lado, é as especificações com a tecnologia é uma resposta às demandas sociais que nós estamos ainda por identificar e por detalhar. E, portanto, esse processo de invenção que em alguma medida vai...

(gravação interrompida)

Se nós não temos mais uma coisa que vai estar superada ou que vai ser incompleta, vai estabelecer definições parciais no curso de um processo de introdução da tecnologia digital. O que me parece que nos cabe fazer agora, é pegar a energia que foi depositada nisso e resolver os problemas tópicos. Tem que mexer na tv por assinatura em vários aspectos e tem que mexer na radiodifusão comunitária. Enfim, só para citar alguns aspectos pendentes, e é nesse contexto que eu acho que a gente tem que pensar esse objetivo grande, de uma lei de comunicação social

eletrônica, ou seja, resolver os problemas imediatos e conduzir esse processo do desenvolvimento da lei em conjunto com a invenção da assimilação da tecnologia digital da comunicação social eletrônica.

(***)

Bom, eu vou fazer dois breves comentários sobre o que foi dito. Primeiro com relação aos primeiros passos do ministério, já bem apresentados aqui pelo Márcio. Eu acho que essa idéia da transparência que aparece já nessa primeira realização que é deixar claro quem são os concessionários, aqueles que receberam do poder público o direito de explorar rádio e televisão, é um passo gigantesco. Eu sou professor de pós-graduação na USP, dou aula para mestrandos e doutorandos. Doutorandos chegam lá e acham que o concessionário é dono da televisão, que o Sílvio Santos é o dono do SBT. Quando eu falo a questão concessionário, eles se assustam. Grande parte da população não sabe que aquilo é uma concessão pública. No momento que se sabe que é uma concessão pública, percebe que há algum tipo de poder sobre essa concessão, já que ele também é público. Só essa transparência apontada pelo Márcio já é um passo significativo. Agora, eu acho que deve avançar, não basta dizer o nome dos concessionários, tem que dizer o grupo a que eles pertencem, mas tem que dizer mais, e eu acho que isso deve ser dito, e acho que isso é meio automático. Tem que dizer o dia da outorga da concessão e o dia do encerramento da concessão, para mostrar que a concessão não é uma coisa eterna, embora no Brasil, infelizmente a prática seja eterna, porque a constituição brasileira exige um quorum qualificado do congresso nacional, para a cassação de uma concessão. A constituição cidadã nesse ponto ela priorizou o interesse privado.

Daniel Herz

Não só pra cassação, mas pra cassação e não renovação da concessão. E tu tens que votar pelo escoré qualificado de 2/5, e voto aberto.

A renovação, portanto, como lembrou o Daniel, ela é automática, e o voto é aberto. Então, o deputado tem que dizer "eu voto contra a concessão da Rede Globo". Mas os deputados têm medo. E precisa de 2/5 do congresso nacional. Isso é suicídio político, porque o cara não aparece mais na mídia se votar contra. Mas de qualquer forma, é um avanço, e dizer que começa e acaba no dia tal é fundamental. Nós, da nossa ONG, percebemos que havia uma concessão do SBT em São Paulo já vencida há quatro anos. Quer dizer, operava irregularmente, operava como uma rádio comunitária. E se operava ilegalmente, tinha que ser fechada também, só que a rádio comunitária a Anatel fecha, e o SBT ele não fecha.

O público, em geral, é importante saber quando começa e acaba uma concessão pública, embora, na prática, ela seja quase impossível de ser revogada, mas na lei ela poderia não ser renovada. Ela tem prazo de começo, meio e fim.

A outra questão que eu queria tocar é a questão das agências reguladoras. Eu acho que há esse problema da Anatel com as rádios comunitárias, que como também disse o Daniel, tem que fazer, a lei obriga, e ela acabou assumindo um papel que era do ministério. Mas eu acredito que nós não podemos com isso, demonizar as agências reguladoras em geral em um sistema capitalista que outorga por privado o serviço público. É como a linha de ônibus. A linha de ônibus é um serviço público, pelo menos em São Paulo, cooperada por empresas privadas. Tem que ter uma agência onde o cidadão reclame que o ônibus está atrasado. A agência reguladora é fundamental nos serviços públicos cooperados por empresas privadas. Quando eu falo em lei eletrônica de massa, do Sérgio Motta, é que ela previa a criação de uma agência nacional de comunicações, que seria a agência reguladora do setor de radiodifusão. A Anatel continuaria sendo reguladora das telecomunicações, e haveria uma agência reguladora das comunicações. O que é isso? O nome é pomposo, mas é simplesmente um local onde o público pode manifestar suas angústias e suas insatisfações com o serviço oferecido pelo concessionário. E essa agência teria poderes, caso essas denúncias fossem concretas e justas, ela poderia realizar suas ações. No exterior existem órgãos semelhantes, não chamam agências reguladoras, mas chamam comissão de **broadcasting**, comissão de acompanhamento do rádio-televisão, que tem o mesmo papel.

(***)

As duas perguntas maiores é a questão da sinalização política e a tv digital. Na primeira pergunta, que é sobre tv digital, eu acho que já tem um debate também acumulado, mas foi feito de uma maneira muito pequena, por pequenos setores, porque ele não foi feito no congresso. E o governo anterior, outorgou a agência que tem que regular o espectro de rádio frequência e, por um detalhe que está na lei geral de telecomunicações, que você tem que otimizar de maneira com benefícios sócio-econômicos o uso do espectro. A agência pegou pra si a proposta, a idéia de formular a política pública em telecomunicações, e o ministério já trouxe na prática, tirou da agência essa possibilidade de formular uma política pública de telecomunicações, ou uma política pública para o padrão tecnológico da tv digital, que uma vez estando no ministério, vai englobar o congresso também, porque é uma coisa que transcende. Então, uma questão da agência, é a questão de uma renovação dramática das possibilidades tecnológicas, e, portanto operacionais da tv hoje no padrão digital. Os princípios da definição de um padrão brasileiros são os royalties, que no fundo é o que está por detrás de cada um dos padrões. O Brasil não tem é que ser drenado as contas externas de um pagamento de royalties que aparentemente os consórcios estavam colocando, portanto, tem uma questão de balanço de pagamentos envolvidos, mas principalmente, tem uma vertente de geração de tecnologia nacional, de geração de empregos qualificados no país. Logicamente tem que ser colocado, à medida que você vai gerar esses empregos, tem que ser colocado uma contrapartida de fabricação nacional, você tem que entrar em um contexto de política industrial. Isso é o decisivo, pra que componentes, pra que finalmente a tv digital seja uma possibilidade pra você atrair uma parcela ou da indústria de microeletrônica internacional ou de uma fábrica de chips no Brasil. O Brasil perdeu, por motivos óbvios, pra Costa Rica, uma fábrica da Intel. É lógico que o setor de semicondutores está em crise também, então, você tem uma capacidade ociosa. Na retomada da indústria mundial de semicondutores, o Brasil, ao ter instrumentos de demandas, ou seja, quando você formula os projetos, aqui no Brasil, aí você pode ter instrumentos pra na cadeia produtiva introduzir a localização no país até de algumas multinacionais que fabricam chips, tipo a Intel e os seus concorrentes. O grande problema de o Brasil perder a sua capacitação tecnológica é porque o projeto é feito fora, o projeto da geladeira é feito fora, o da televisão é feito fora. A medida que a gente projeta internamente um padrão tecnológico, o efeito indutor, o efeito na cadeia produtiva, é decisivo. Então, são esses dois componentes, o industrial, de maximizar o valor agregado nacional, do emprego qualificado da tecnologia nacional, que é um parâmetro para o Brasil começar – não que ele será adotado – a China também não adotou, a Índia também não adotou, mas já fez a especificação, no mínimo ela já tem um poder de negociação com os consórcios muito grande. O Chile já declarou que vai seguir o padrão brasileiro. O fato do país, e é uma questão de geopolítica muito clara e delicada no contexto da Alca, no contexto das Américas, ou seja, sabe-se que outros países vão adotar o mesmo padrão da tv digital que o Brasil. Agora, para seguir o Brasil em um padrão brasileiro, ou vai ser um padrão sul-americano ou que tal um padrão sulamericano-indochinês? Para que a gente tenha possibilidade de troca e de exportação? Ou não, não vamos nos meter com os chineses porque eles têm mão de obra muitíssimo barata e em condições. E se a gente adota um padrão em conjunto com o chinês a gente vai comprar mercadoria da China e não mais dos EUA. Então, tem um contexto de geopolítica a ser visto muito grande que é o segundo componente. É o que eu falei anteriormente, de premissas, é a inclusão social, ou seja, qual o padrão tecnológico que vai fornecer mais serviços e acesso a internet, de tv educativa, de interação para novos serviços que a tv digital vai multiplicar o número de canais enormemente e vai ter uma interatividade razoável, como a internet. Mas essa interatividade é razoável, ou seja, vamos privilegiar a inclusão social como uma terceira premissa da especificação da tecnologia nacional. Essas são as idéias. E Gindler, a falta de sinalização, onde vai ser o lótus do debate? A eleição aqui não foi uma situação revolucionária clássica, foi uma mudança de possibilidades, mas foi uma eleição dentro das regras da democracia capitalista. Dentro dessas regras eu vejo que algumas áreas vão rapidamente dizer ao que vieram, a inclusão social, o programa Fome Zero. Algumas áreas vão colocar, já outras áreas do governo ainda estão fazendo modificações. O BNDS fez uma modificação radical na sua superintendência. Saiu 25, 26 e foi para 12 as secretarias. Mas eu sinto que a casa ainda está sendo organizada e alguns ministérios ainda não nomearam

todas as suas secretarias, ainda há acomodações. Eu sinto que em duas ou três semanas de governo, algumas questões ainda não foram sinalizadas porque nem todas as equipes foram acertadas. Quer dizer, o fato de ter uma equipe de transição foi muito bom no sistema que o Fernando Henrique inaugurou, mais para mostrar que a macroeconomia não ia ter uma ruptura gradual, mas a equipe de transição foi ótima, porém gerou expectativas, gerou possibilidades. Então você já tinha como fazer composições entre os partidos, os movimentos sociais e mais quem pode ir para a equipe de transição, que acrescentou um novo bloco de forças para fazer a negociação. Então eu concordo que tem um saber acumulado, que tem idéias e políticas sociais acumuladas há muito tempo, mas a implementação delas, migrar essas idéias aqui é, para o governo, uma situação que eu acho lenta.

No ministério, portanto, a intenção é que você acelere não só a sinalização, mas essa materialização de mudanças, mas, tenho como premissas pra mim que, se nós temos que fazer uma revolução maior, que é a mudança de outros valores estabelecidos. Eu vi bem quem foi a emissora que ficou dando em primeira mão a entrevista do presidente e a posse do Lula. No 2º turno, qual foi a emissora que teve privilégios de colocar em primeira mão a eleição do presidente? Outros órgãos de imprensa já não gostaram, naquele mesmo momento, naquela mesma noite, que o Lula foi eleito finalmente pelas urnas. Então, a mudança, mexer com esses estabelecidos, vai precisar de apoio dos movimentos já estabelecidos. Não foi possível, em um primeiro momento, migrar nomes dos movimentos porque houve um **entreshop**, migrar um nome e de ser diretamente identificado, mas a vontade de trabalhar junto, de algumas pessoas estarem lá, como foi citado, eu coloco não obstante. Não sendo desse setor, e sendo das telecomunicações, que é muito menos democrática a formulação de políticas públicas, a coisa imediata de você lidar com interesses estabelecidos, não tem a possibilidade e até tem muito menos acúmulo na área de telecomunicações. Os partidos têm muito menos acúmulo, é somente uma e outra pessoa. Vocês tem uma possibilidade social de já ter esse acúmulo, mas a vontade de inaugurar uma agenda é muito grande. Eu to aqui pra também ser esse pequeno embaixador, conhecer vocês para poder inaugurar esse mecanismo de trabalhar junto. Algumas medidas já foram feitas e outras nós estamos inteiramente abertos, a subscrição deste documento do fórum é praticamente integrar um intento de seu conteúdo. Esse documento que chegou, que eu estou com ele aqui em mãos, seu conteúdo é praticamente integral. O que a gente tem que se colocar de acordo é os passos para a implementação dessas medidas. E sabendo que o aval de tudo não é o Miro Teixeira, o aval de tudo é o Lula, que é quem foi eleito.

Perguntas

Meu nome é Adriano Boaventura, sou estudante de comunicação na Fumec, em Belo Horizonte. Eu queria saber, e é uma pergunta mais específica pro Daniel Herz, representante do FNDC e da Fenaj, e também queria que ficasse claro pra todos nós a importância desse debate sobre a democratização da comunicação. Após os esforços para a rearticulação dos comitês regionais do FNDC, quais são as perspectivas e ações desenvolvidas pelo Fórum junto aos movimentos sociais?

Meu nome é Luciano, eu sou jornalista da mídia independente, e a minha pergunta foi complementada pelo colega aqui. Quais os movimentos do FNDC e outros movimentos sociais, passados seis meses a partir de julho desse ano em relação as pressões para que realmente a política de comunicação comece a ser implementada. O movimento social, o movimento sindical, o movimento de organização de debate dos meios de comunicação, ele vai ficar cooptado pelo governo ou vai, a partir de um período de transição, que em todas as áreas vai ser dado, a partir de quanto tempo e quais ações concretas que vão ser feitas pela federação dos jornalistas regionais e pelo FNDC em relação a implementação das políticas? E a outra pergunta, com relação a internet, como vai ficar realmente o acesso a política de internet? Eu queria algumas coisas comentadas como redução de custos, acesso, pra que lado vai isso no processo de democratização e um cronograma principal de qual maneira dá para ser divulgado o cronograma das ações urgentes de acesso de democratização de erro dos veículos alternativos. Está se formando, nesse fórum, a rede mundial de comunicação, que engloba exatamente os veículos

alternativos e independentes, quando esse segmento comunicação poderá também contribuir com projetos de comunicação.

Eu sou o André, estudante de Rádio & Televisão em Brasília, e tem dois pontos que eu gostaria de saber qual a opinião da mesa, que é algumas coisas relativas a tv digital. Primeiro, e que pra mim é uma coisa bem clara, eu acho que no momento que a tv digital for implantada, você tem um período de transição (o governo passado calculava esse período de 10 anos, começando a partir desse ano), qual a posição do governo?

O espectro digital é muito maior do que existe hoje, o analógico, mas ele é limitado também. Que prioridades serão dadas? A qualidade de imagem, a interatividade, quais as possibilidades de contabilidade? Como politicamente vai ser discutir quais as prioridades para esse limite de espectro também digital? O que será feito com esse espectro analógico hoje usado, a quem servirá, o que se fará dele?

Outro questionamento, na área de democratização da comunicação, dentre os eixos que o assessor do ministério das comunicações falou, para mim é bem claro que na área das telecomunicações tem um **FUST** que servirá para processos de inclusão digital, através de cursos de informática nas escolas. Para mim é bem claro isso e muitas das pessoas acreditam na democratização das comunicações através da internet. Já as pessoas ligadas a radiodifusão acreditam na democratização das comunicações através das rádios e tvs comunitárias, que estão aí já estabelecidas. O ministério das comunicações tem projetos claros para essa faixa? O **FUST**, pra mim é bem claro, tendo um projeto bacana, junto com o Prof. Cristóvão Buarque, eu acho que isso vai ter uma finalidade legal. Mas em relação a radiodifusão, o que o ministério teria em vista de projetos para democratizar a comunicação?

Meu nome é Fred, de Minas Gerais, do sindicato dos jornalistas de São Paulo. Duas perguntas. Como é que vocês vêem, qual a função da comunicação social nesse novo contexto, do governo Lula? E a segunda, é sobre um questionamento, muito engraçado, mas que existe. Por exemplo, em São Paulo nós estamos atrás de uma lei municipal para autorizações de radiodifusão comunitária. Porque, e há muitos anos eu penso isso, é que se a rádio comunitária é para a comunidade, não há porque os deputados em Brasília se debruçarem sobre quem vai poder utilizar o espectro. E isso abre para coisas que aconteceram recentemente, com aquele ministro muito ruim que nós tivemos, que fez o cerco com as rádios comunitárias de Minas Gerais. Já pros amigos dele, ele deu autorização pra seguirem funcionando. Então, existe uma divergência, e eu gostaria de saber a opinião sobre isso.

O meu nome é Adílson, sou professor universitário no Rio de Janeiro e participo das reuniões do comitê lá no Rio. Nós estamos em um processo de olhar um pouco sobre o que nós fizemos nessa trajetória, e uma coisa que eu venho colocando lá é em relação ao desenvolvido pelo Fórum. Mas nós temos que olhar em direção ao futuro e cuidar dos nossos filhotes também. Todas as bandeiras de luta que se tornaram efetivamente em projeto de lei, especificamente a lei de tv a cabo, a lei de radiodifusão comunitária, que no meu ponto de vista são bastante restritivas sobre a ótica de uma ação efetiva da sociedade civil. Não só a questão de rádios comunitárias apreendidas, não só a questão de tvs comunitárias que restringem toda a organização de sociedade civil em um só canal dentro da área do espectro da tv a cabo. Mas com cuidado para que esses canais e rádios comunitárias promovam a democratização da comunicação articulando a sociedade civil. Nesse sentido, a pergunta vai para o representante do ministério das comunicações. Nessa linha de cuidar bem dos filhotes, como o ministério vai fazer para cuidar dos filhotes já criados (lei da radiodifusão comunitária e lei de tv a cabo), não em relação ao conselho, mas nessa nova linha de afirmação da pluralidade e do espírito da sociedade civil?

(gravação interrompida)

... cobram posicionamento em relação à organização e atuação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e a resposta que nós podemos dar é que os dois devem acompanhar e ser ativos sem fazer concessão, Adriano, de Belo Horizonte, e... Porto Alegre. Bom, em Porto Alegre, nós temos um Comitê pela Democratização da Comunicação ativo, é um dos dois que estão constituídos, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Outros estão em processo de, ah, São Paulo

está constituído formalmente, Minas Gerais está saindo do forno, bom, vocês dois estão convocados já a ser ativos e participar desse processo. O Fórum precisa de uma redefinição organizativa e política que já quando ele se desconstituiu e se tornou inativo, entre 1997 e 98, na última plenária desse processo que foi no Rio de Janeiro, se identificava que seja quanto aos problemas de impasse de Saul prática, seja por alguns problemas organizativos que estavam sendo identificados, que precisava de um novo perfil. Embora do ponto de vista estratégico, a sua concepção, a sua linha de, a sua base programática estivesse adequada às conclusões já em 97, 98. E esse processo não foi concluído até hoje. Acho que com essa conjuntura, com a estabilização dessa conjuntura, nós temos obrigação de proceder, de concluir esse processo de reorganização. Então é algo que está em aberto, que está em processo essa redefinição. E sem dúvida nenhuma nós só teríamos condição de uma representação da sociedade civil sobre as questões de comunicação forte e ativa se tiver movimento social por trás. Então esse nexos, essa sustentação da representação do movimento social que tem que ser reconstituído, fortalecido, inclusive revistas algumas bases de atuação que nós tínhamos identificado, tínhamos praticado antes. Em relação à reocupação mais especial do Luciano, em relação ao risco de cooptação do Fórum pelo governo, acho que esse risco é real, é um risco que a gente tem que considerar sempre presente, embora, um pé, o Fórum tenha tido sempre uma forte atuação institucional, e ao mesmo tempo sempre teve um pé atrás em relação às questões institucionais, dizendo por exemplo que, mesmo com um resultado bem sucedido, como por exemplo aprovar uma lei, nós temos certeza absoluta de que, mesmo uma lei, ela só vai ser cumprida nesse país se tiver um movimento social forte dando sustentação e se as condições que geraram a base de consenso capaz de aprovar uma lei, forem permanentemente atualizadas, sob pena de nós termos leis que deixam de ser cumpridas, ou não são implementadas. E, portanto, ao mesmo tempo que nós tivemos forte atuação na esfera institucional, nós sempre tivemos um pé atrás e nunca tivemos ilusões em relação às limitações dos resultados institucionais e da necessidade de vínculo da atuação institucional com o movimento social. As outras questões, aponto aqui o que me diz respeito para o Conselho de Comunicação Social. O Conselho de Comunicação Social é algo que, isso não pode pairar dúvida, o Conselho é gerado de uma iniciativa da sociedade. Nós começamos a tratar disso em 82, na Frente Nacional de Luta por Políticas de Comunicação, ali estão, embora com a aparência de jovem, já experimentado militante da área, em 82 na Frente Nacional de Luta por Políticas de Comunicação já se levantava a questão do Conselho. Levamos para a Constituinte uma emenda popular apresentada pela FENAJ, ela foi derrotada nos seus aspectos essenciais, inclusive a linha de ação estratégica tinha problemas que depois nós procuramos, os corrigir com o Fórum e a criação do Conselho saiu como feição que o empresariado impôs, como impôs todo o capítulo da comunicação na Constituinte. Então nós tínhamos um Conselho que antes tinha um caráter regulador que deveria atribuir concessões, com uma composição de uma representação da sociedade, mas uma função decisória, passou a ser um órgão consultivo, ligado ao Congresso, pendurado lá dentro do Congresso, obviamente com pretensão do empresariado de esvaziar. Por um lance de oportunidade, quando o Fórum estava apenas numa fase inicial de constituição, com menos de seis meses de existência, nós conseguimos, aproveitando o momento oportunista, criar a condição de aprovar a lei 83 89 que regulamentou o Conselho e que foi sancionada em 30 de dezembro de 91. e tínhamos um Conselho regulamentado, com uma representação da sociedade com um perfil exclusivo de representação da sociedade e não por acaso, este Conselho, com todas as limitações, ele levou onze anos para ser implantado, para ser definitivamente implantado, com o Congresso descumprindo a lei que previa a instalação do Conselho até Abril de 92 e só conseguimos no ano passado num processo de estrangimento dos parlamentares no Senado vinculado à disputa da Lei, ou melhor, da proposta de emenda constitucional que aprovou a abertura da mídia ao capital estrangeiro. Nesse processo não houve negociação, nós aprovamos o Conselho porque houve uma disposição dos parlamentares de vincular a sua, desobstrução da votação, à instalação do Conselho. Que realmente é absurdo o Congresso estar aprovando leis e até uma mudança na Constituição de Comunicação e continuar descumprindo uma lei que há onze anos estava sendo descumprida. Então esse episódio é extremamente significativo, inclusive para entender logo o posicionamento da sociedade civil nesse momento. Porque nós entramos em choque aberto na Câmara como Partido dos Trabalhadores, com os partidos de oposição de um modo geral, que votaram a favor da proposta de emenda constitucional numa negociação que nós

temos a convicção de ter sido mal conduzida e não temos nenhuma dúvida, os partidos têm autonomia, em relação aos movimentos sociais e ter assumido uma posição diferente. A forma com que foi conduzida a negociação, a forma equivocada e os ternos da negociação foram realmente inaceitáveis. No Senado, quando a matéria foi para o Senado, nós conseguimos criar uma condição que gerou, que trouxe de arrasto a criação do Conselho desse jeito. Então, temos um conselho instalado há pouco mais de seis meses e começando a cumprir suas funções. Então eu queria concluir aqui apresentando dois elementos: em primeiro lugar, essa relação do movimento social com o governo. Não tenho dúvida nenhuma que esse é o nosso governo. E eu estou dizendo isso aí porque eu pertencço à uma entidade, à outra entidade do movimento social que é o Fórum, tanto a FENAJ como o Fórum, abriram voto, defenderam voto à candidatura Lula e, portanto não tem dúvida do ponto de vista da FENAJ, este é o nosso governo. Agora, a gente tem que entender uma coisa, partido é uma coisa, governo é outra. Movimento social é uma coisa e governo é outra. Os dois, os três, no caso se tem partido, movimento social e governo, têm sua autonomia relativa que tem que ser reconhecida e respeitada. E que o movimento social vai ter posições em relação ao governo e que o governo vai ter posições em relação às demandas do movimento social que não necessariamente serão as mesmas. E , portanto, essa relação tem que ser equacionada do ponto de vista político e o Fórum, sem duvida nenhuma, tem uma posição muito madura em relação a isto e reconhecer e de afirmar a autonomia relativa do movimento social, e ao mesmo tempo, reconhecer a autonomia relativa do governo. Agora, sem dúvida nenhuma, nós constituímos uma afirmação do movimento social da sociedade civil no país que não pode ser ignorada, que é o Conselho de Comunicação Social. Quando se criou o Conselho com todas as suas limitações, nós dizíamos que, das limitações do Conselho, da fraqueza do Conselho, nós iríamos extrair a sua força, pelo fato dele ser consultivo, ele cria um ambiente favorável para deixar de ser um *vespeiro de lobbies*, que é inevitável no processo decisório e criar um espaço em que a sociedade vai criar um processo de interlocução, e vai buscar gerar bases de consenso sobre as questões mais relevantes. E quando nós, na lei da TV a cabo, estabelecemos uma exigência que o executivo, no que diz respeito da regulamentação da TV a cabo, tivesse que ouvir Conselho de Comunicação Social, nós criamos, nós fortalecemos um elemento de estranheza, no bom sentido, do Conselho em relação à tradição republicana, que não vai ser desconsiderável, ou seja, quando o executivo, que é obrigado a ouvir, parecia nas questões referentes à TV a cabo, sobre uma regulamentação, ele ouve o parecer da representação da sociedade, junto ao Congresso e não dentro do Congresso, porque o executivo é obrigado a ouvir a sociedade civil. Então nós criamos um elemento de afirmação da sociedade civil que aparece entre o executivo e o legislativo que é uma representação direta da sociedade que se insere dentro do Estado para cumprir um papel que ainda está por ser definido, que ainda nós estamos cumprindo. Agora, eis meses depois está lá um Conselho, ainda estamos engatinhando e preparando o seu processo de atuação. Sem duvida nenhuma, abrir mão de uma instituição que tem esse perfil, é algo que nós, pode ser reconstituído, pode ser repensado, mas eu não vejo porque. Uma instituição que tem essas características deva ser deixada de lado, acho que nós temos que pensar numa forma de valorizar a representação da sociedade junto ao Estado Porque hoje nós temos o governo Lula lá, amanhã sabe-se lá que governo teve e o que a gente teve nessa área foi absurdo, absolutamente refratários a estabelecer interlocução com a sociedade civil, embora tratasse todos os assuntos como tratava a área de comunicação. A composição do Conselho, para aqueles que não estão atentos, o Conselho tem treze membros. Quatro de entidades empresariais, das areal de rádio, de televisão, e jornais e revistas e publicações e quatro profissionais jornalistas, radialistas, artistas, e profissionais de cinema e vídeo, e os outros cinco membros são representantes da sociedade civil, mas dentro dos outros também estão representantes da sociedade civil, embora esses outros sejam de setores designados. Qual foi a composição gerada nessa primeira composição do conselho, ressaltando que nós não tivemos, não houve um processo de negociação. Houve nas lideranças no congresso, a afirmação de uma composição que não foi negociada. E nós tínhamos, inclusive, a proposta de incluir a representação da ENECOS e da ABRAÇO, e acabou não sendo aceita e saiu uma composição que foi definida a portas fechadas sem uma negociação que nós pudéssemos escolher A ou B ou criar uma condição de afirmar na sociedade civil essa composição. A composição que saiu foi a seguinte: José Baldo Cavalcanti, representante da OAB, que tem votado com a bancada da Democratização da Comunicação no Fórum em todas as questões, nós

temos Jaime Sirotski, obviamente um empresário de comunicação que foi presidente da Associação Mundial dos Jornais. E nós temos aí Alberto Dines, nós temos Carlos Chagas, os dois, evidentemente com todas as peculiaridades, o Carlos Chagas é hoje ligado ao PDT, não são pessoas que se alinham com as condições das empresas, têm suas características, têm suas visões peculiares, mas não são pessoas que assumem a função, estão lá para defender a posição do empresariado. E a quinta vaga da sociedade civil nessas outras cinco que foram designadas é Ricardo Moredson que é uma entidade que faz parte da direção executiva do Fórum, representando o Conselho Federal de Psicologia. Então, o Conselho, sem o nosso aval, saiu com essa composição, e, portanto cria um perfil que cria condições extremamente favoráveis para esse debate. Então, o que está em xeque nesse momento, é o seguinte: nós vamos persistir, afirmando na representação da sociedade que nós constituímos junto ao Estado e de forma autônoma em relação ao Estado, porque não tem outra composição além de representantes da sociedade civil, ou vamos adotar outro perfil de representação? Particularmente, acho que a persistência no aperfeiçoamento nessa forma de representação, no que diz respeito à essa forma de representação institucional, é algo que deveria ser não só testado, mas sim fortalecido no sentido dele ser testado para ver se a gente consegue tirar do Conselho aquilo que a gente tinha projetado desde o início. Por outro lado, afirmar que, seja qual for a forma de representação em que a sociedade e o movimento social vai investir, assim como o Estado, sem dúvida nenhuma, essa preservação da autonomia relativa do movimento social no sentido de permanecer crítico, no sentido de permanecer vigilante, permanecer tanto enfrentando as posturas que considerarem problemáticas na esfera do executivo, também dando suporte àquelas que correspondem à esse grupo. Essa é, na minha interpretação, a tarefa que cabe ao Fórum, que cabe à FENAJ, que cabe aos movimento social diante do governo que, apesar de se dizer como nosso, temos que reconhecer também a sua autonomia relativa.

MEDIADOR: Obrigado Daniel, professor Laurindo.

LAURINDO: As perguntas foram dirigidas apenas às instituições, eu vou abrir mão. Apenas vou dizer o seguinte: que estive aqui no Fórum do ano passado e há duas circunstâncias muito interessantes dentro de uma comparação com o Fórum do ano passado e esse. O primeiro, claro, a mudança política faz co que nós, hoje, nos tornemos muito mais propositivos e esse é um avanço fundamental, a presença do Márcio aqui dá essa condição. Acho que nós estamos, acho que o Fórum ganhou uma outra dimensão e eu estou muito contente por ter participado desse debate. E mais do que isso, a presença da discussão sobre televisão. Eu participei no ano passado talvez da única sessão, não sei se houve outra, que foi promovida pela ABEPEC, Associação Brasileira das Emissoras Públicas de Rádio e Televisão. Quando se discute globalização e se tem um seminário sobre televisão, a desproporção é muito grande. Quero dizer, televisão, rádio têm que ter uma presença cada vez maior nesse Fórum Social Mundial. E nós já caminhamos. Eu acho que o trabalho da Frente, o trabalho da FENAJ, ampliá-lo a outras instituições. Queria dar apenas a informação da realização esta tarde, uma oficina da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, que tem um nome que não é de mito bom gosto, mas, que tem o nome: quem financia a baixaria é contra a cidadania. O título não é de muito bom gosto, mas o objetivo é nobre. Ou seja, forçar os anunciantes a não mais patrocinar programas considerados de baixaria. A Comissão de Direitos Humanos na Câmara constituiu uma comissão de acompanhamento da mídia, formados por representantes de várias entidades da sociedade que estará recebendo, aquilo que a agência reguladora deveria fazer essa comissão vai fazer. Vai receber as demandas da sociedade em relação à programação de televisão e vai dar encaminhamento a elas. Claro, sem nenhum poder de sanção, mas vai dar encaminhamento público, vai se dirigir às emissoras e no limite, vai fazer campanhas contra aqueles programas. O debate é esta tarde e eu acho que isso é uma multiplicação dessas discussões para agora, já num plano mais prático.

MEDIADOR: Obrigado professor Laurindo.

... : Só para finalizar, algumas perguntas tópicas com relação à Internet, está em consulta pública pela ANATEL, que vai baixar uma resolução no seu âmbito, uma medida que o ministério está apoiando que é, ainda para a telefonia fixa....., ainda para ligação de, estabelecer planos alternativos. As operadoras de telefonia vão ser obrigadas a oferecer uma tarifa plana para Internet, para que não precise o estudante ficar de madrugada ou no fim de semana pagando pulso. Então já tem toda uma iniciativa que o ministério está apoiando no que se refere à

instituição de um 0700, ou seja, quando você ligar 0700 ou 0700 operadora, você cai num plano de alternativa de uma tarifa plana de serviço de Internet e, se você quiser usar uma hora, duas horas, cinquenta horas, você vai pagar uma tarifa plana. Não sei ainda que nível tarifário as operadoras vão oferecer. A Telefônica em São Paulo está fazendo, se não me engano, por 19 reais, a tarifa plana para você usar um mês inteiro de Internet. Mas repito essa questão, que uns pagam o pulso, e outros pagam planificado. Nessa consulta pública tem um problema entre as operadoras, que é o sorvedouro de tráfego. Ou seja, atrás do IG, do Ibest, desses provedores grátis, tem uma manobra econômica muito grave de financiar determinados proprietários acionistas das operadoras, então uma parte dos usuários de telefonia, através de acordos de gaveta, proprietários de provedores grátis, eu não tenho essa informação porque é um acordo de gaveta, é denunciado pela mídia, fazendo o seu papel, financiando determinados grupos de Internet grátis, numa jogada que se chama sorvedouro de Internet. Algumas operadoras, seus usuários fazem uma chamada de graça, mas pagam pela interconexão cinco centavos ou sete centavos por minuto. Então, para cada usuário em média aí, ela está recebendo 51 reais. A pessoa está pagando de graça. Mas tem uma troca econômica de regras que estão sendo infringidas e porque? A interconexão foi feita para regular a voz e não para regular dados e os donos da operadora da suposta Internet grátis estão sendo remunerados, e bem remunerados. Então tem um problema de isonomia econômica que imagino que vá ter que ser cuidado. Mas isso é uma briga de brancos, não preciso dizer que imagino essa isonomia vai voltar na medida em que a interconexão de voz seja tratada diferente da interconexão de dados. Mas o principal público é tarifas frete de Internet que vai ser instituído através do 0700 e, futuramente, o código 1700 que já entra totalmente digital. Quando você discar 1700 qualquer coisa, as operadoras que tiverem uma rede de Internet, já vão ter esse código 1700 que a tarifa seja ainda mais baixa. Você vai discar 0700 vai dar um, ou seja, quase 1500 cidades que não têm provedores, quem ligar tem que pagar uma taxa de interurbano, com o 0700 vai ser nacional e, tenha provedor ou não tenha na cidade, eu vou entrar no 0700 e pago a mesma tarifa. Então essa distorção que favorece a democratização, porque a discussão se dá nos pequenos que não têm rentabilidade econômica, usam a Internet, vão entrar no 0700 e vão pagar uma tarifa pequena. Não vai ser de graça, mas vai ser muito mais baixa que a tarifa interurbana. Essa é a primeira medida e o ministério está apoiando essa consulta pública nesse aspecto da Internet. Com relação ao aspecto digital, que o André, estão totalmente em aberto, são questões centrais, quanto de canais vão ser liberados, o *freeze out*, que é quanto que eu vou continuar coma TV analógica e digital, mas uma hora vai assumir o sinal digital que os Estados Unidos, não sei se é para 2006, 2008, mas talvez seja até viável em 2010. essas questões estão abertas, o que fazer com o espectro analógico da frequência que vai ser liberada também esta em aberto, quantos canais dos que estão vai ficar em aberto, porque o sistema HDTV americano é um canal só de altíssima, melhor que o DVD, se é possível um pouquinho de serviço. O sistema Europeu tem quatro canais standard, SDV e muito mais serviço, e, portanto, cria mais canais. As questões são totalmente abertas, mas são um pepino. É um problema. Tem que ficar de olho aberto, que ainda não existe pré-definição, teria se estabelecido ser muito grande aí, os interesse vão ser muito grandes. Alias, as questões devem ser discutidas, mesmo no Congresso e certamente, o fato delas existirem, vamos também impulsionar para fazer uma nova lei, uma Lei de Comunicação Social Eletrônica. Quanto à sinalização das questões políticas, a minha idéia era receber de vocês, logo em seguida, através do Daniel, da direção do Fórum, um cronograma de ações, que eu estou disposto a discutir com vocês e o outro secretário lá em Brasília o cronograma de ações sabendo, como o Daniel colocou, tem que existir uma autonomia relativa entre o movimento social, partido e governo. Se não vai haver cooptação, vai haver captura, e é fundamental um sistema de contrapeso entre partido, movimento social e legislativo, para que a dinâmica democrática continue avançando e não tenha ditadura de um lado nem de outro. Essa autonomia relativa seja exercício para não ter nem cooptação, nem aparelhismo. Eu acho que, seja cooptação de um lado, aparelhismo de outro, são danosas à vida democrática. Então a minha idéia já é sair daqui com um cronograma realista de ação para ser levado para o ministério para acumular o saber acumulado que vocês já têm com relação à toda a política de radiodifusão para que a gente possa no momento seguinte sentar, dentro dessa autonomia relativa a gente traçar um

cronograma de atuação. E agradeço mais uma vez a oportunidade da gente falar e, principalmente receber a opinião de vocês. Obrigado.

MEDIADOR: Obrigado, Márcio, eu quero convidar a todos a participar amanhã do segundo painel. E ainda lembrando que hoje à tarde teremos a oficina no prédio onze.